

**UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
IACS – INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
GCI – DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO – ARQUIVOLOGIA**

**MÉRILIN CAROLINE OLIVEIRA
VERÍSSIMO**

**ARQUIVOS E SOCIEDADE: AÇÃO
CULTURAL E EDUCATIVA EM ARQUIVOS
PÚBLICOS ESTADUAIS DA REGIÃO
SUDESTE**



MÉRILIN CAROLINE OLIVEIRA VERÍSSIMO

**ARQUIVOS E SOCIEDADE: AÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA EM
ARQUIVOS PÚBLICOS ESTADUAIS DA REGIÃO SUDESTE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal
Fluminense, como requisito para
obtenção do título de Bacharel em
Arquivologia.

Orientador:

Prof. Dr. Renato de Mattos

**NITERÓI - RJ
2021**

MÉRILIN CAROLINE OLIVEIRA VERÍSSIMO

**ARQUIVOS E SOCIEDADE: AÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA EM
ARQUIVOS PÚBLICOS ESTADUAIS DA REGIÃO SUDESTE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal
Fluminense, como requisito para
obtenção do título de Bacharel em
Arquivologia.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Renato de Mattos (Orientador)

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Profa. Margareth da Silva

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Profa. Clarissa Schimdt

Universidade Federal Fluminense (UFF)

**NITERÓI - RJ
2021**

AGRADECIMENTOS

Ninguém cruza nosso caminho por acaso, e nós não entramos na vida de ninguém sem nenhuma razão.

Chico Xavier

Aos amigos que me acompanharam durante os anos de faculdade, agradeço, a formação sem a presença de vocês não teria sido a mesma. A todos os corredores, cafés, risos, cantareiras, surtos, angústias compartilhadas, entre aulas, apresentações de trabalho, e toda a rotina, vocês fizeram os dias serem mais leves. Desta forma, ao Gabriel, à Isis, à Jhennifer, à Fernanda, à Raquel, à Lina, à Cecília, à Juliana e à Gabrielle, agradeço pela vida ter me proporcionado conhecê-los. Espero levá-los para a vida.

A minha mãe, agradeço, por ser exemplo de força, persistência e ânimo, frente aos problemas e dificuldades.

Ao meu orientador, Renato de Mattos, agradeço pelas trocas de conhecimento e incentivo, nas reuniões de TCC. Suas aulas e colocações em sala, tornara-se inspiração para o desenvolvimento e tema desta pesquisa.

RESUMO

Por meio da análise da experiência de três instituições arquivísticas estaduais da região Sudeste (Arquivo Público do Estado de São Paulo, Arquivo Público Mineiro e Arquivo Público do Estado do Espírito Santo), a presente pesquisa tem como objetivo examinar a importância dos arquivos em nossa sociedade e a relevância das estratégias de ação cultural e educativa. Uma vez reconhecida a potencialidade dos acervos custodiados pelas instituições analisadas, observamos que a ação cultural e educativa contribuiu para a aproximação dos arquivos e a sociedade.

Palavras chaves: Arquivo, Sociedade, Difusão, Ação educativa, Ação cultural, Arquivos Públicos Estaduais.

ABSTRACT

Through the analysis of the experience of three state archival institutions in the Southeast region (Public Archive of the State of São Paulo, Minas Gerais Public Archive and Public Archive of the State of Espírito Santo), this research aims to examine the importance of archives in our society and the relevance of strategies of cultural and educational action. Once the potential of the acquis costed by the institutions analysed has been recognized, we observed that cultural and educational action contributed to the approximation of archives and society.

Keywords: Archive; Society; Diffusion; Educational action; Cultural action; State Public Archives.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO	9
1.2.1 Objetivo geral	10
1.2.2 Objetivos específicos	10
1.2.3 Metodologia	11
2 O QUE É ARQUIVO?	12
2.1 O QUE É DOCUMENTO DE ARQUIVO?	18
3 IMPORTÂNCIA DOS ARQUIVOS E DOS ARQUIVISTAS EM NOSSA SOCIEDADE	23
4 DIFUSÃO EM ARQUIVOS PÚBLICOS	32
4.1 DIFUSÃO: AÇÃO CULTURAL E AÇÃO EDUCATIVA EM ARQUIVOS	33
4.2 A INTERNET COMO FERRAMENTA DE DIFUSÃO	41
4.3 WEB 2.0 E SUAS FERRAMENTAS	43
4.3.1 - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	48
4.3.2 - ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO	49
4.3.3 - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO	50
4.4 - ANÁLISE DOS SITES INSTITUCIONAIS	51
4.4.1 CONSIDERAÇÕES DA ANÁLISE	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	60

1 INTRODUÇÃO

Constatada o relativo desconhecimento ainda hoje na sociedade contemporânea brasileira sobre a importância dos arquivos, buscou-se através desta pesquisa, identificar quais as razões que contribuem para esta situação, bem como, apontar ações que pudessem contribuir para reverter este cenário.

Dada este desconhecimento, conhecer o que se entende como arquivo torna-se necessário. Sendo assim, decidiu-se iniciar esta pesquisa através das abordagens dentro da área arquivística, buscando embasar as discussões a serem desenvolvidas. Através das definições de arquivo, constatou-se que este encontra-se ligado a diversos sentidos, cada um com seu significado. Esta polissemia abordada através das definições encontradas, demonstra diversas mudanças em sua construção, bem como as distintas funções que assumirá neste percurso.

Neste sentido, faz-se necessário entender historicamente que o que conhecemos como arquivo atualmente em nossa sociedade, constituiu-se ao longo do tempo, moldando conseqüentemente, suas atuações, funções e reconhecimento perante a sociedade. Deve-se sempre frisar, que tais mudanças ocorridas neste contexto, sempre estiveram centradas na sociedade, advindo de suas necessidades e relações estabelecidas nos mais variados campos, como o cultural, social, econômico, dentre outros. Esta teia de sucessivos acontecimentos que compõem a construção da sociedade, também compõe a construção do arquivo, do seu papel, e as funções que desempenha.

Nesta conjuntura, os documentos de arquivo são parte indissociável deste contexto, dada sua produção que se encontra inteiramente ligada às atividades e funções desenvolvidas tanto por uma instituição, quanto por uma pessoa, em suas atuações e existência em sociedade. A partir de sua definição, pretende-se esclarecer o que o caracteriza como “documento de arquivo” e desta forma, diferenciá-lo dos demais documentos comuns, produzidos diariamente. Torna-se relevante também entender, como e porque inerente a sua produção, o mesmo é considerado com “valor de prova” e das propriedades: imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade (DURANTI, 1994).

Transcorrida estas abordagens iniciais, faz-se necessário demonstrar a importância do arquivo. Como uma instituição que nasce e atua a partir das questões e necessidades existentes na sociedade, o motivo de seu estabelecimento também se encontra nela, à medida que seus usos e funções são requisitados pela mesma. Desta forma, a partir desta terceira seção, pretende-se justificar a importância de seu estabelecimento, a partir de seus usos pela sociedade: eficiência dos governos, e ao cidadão, quanto a garantia de direitos e fim cultural (BELLOTTO, 2014 apud SHELLENBERG).

A responsabilidade quanto aos documentos de arquivo, também deve ser tocada, visto os iminentes riscos quanto a sua autenticidade, encontrados na sociedade. A garantia para que estes documentos cheguem a cumprir a razão de sua criação, bem como, os diversos usos pela sociedade, perpassa pela gestão de documentos. Sendo assim, as contribuições de Iacovino (2016) serão utilizadas, quando menciona Terry Eastwood, e seu chamamento aos arquivistas para que disseminem a sociedade, a consciência de responsabilidade aos arquivos e seus documentos, bem como, suas enunciações quanto às responsabilidades: democrática, histórica, coletiva, e arquivística relacionada à gestão de riscos.

A abertura dos arquivos e o acesso à informação, contribuem para estes usos anteriormente mencionados, e desta forma, serão abordados mediante as contribuições em diversas áreas da sociedade. Para além, é importante frisar que tal acesso proporcionado por leis, como a 12.527 (lei de acesso à informação) e ações fora do campo arquivístico, demonstram que a necessidade de acesso à informação, e aos documentos, fora conclamada pela própria sociedade.

A quarta seção trabalhará nesta vertente, quanto à descoberta das variadas atividades que podem ser desenvolvidas no espaço dos arquivos, e através de seus documentos, voltadas para a sociedade. O desenvolvimento da difusão neste contexto, entra em cena como forma de atuação, visando a promoção e visibilidade de suas funções, atividades, profissionais e desta forma, do arquivo como um todo, proporcionando assim, que o mesmo possa se fazer presente em variados espaços.

Desta forma, a função de cunho social dos arquivos públicos (BELLOTTO), para além de suas atribuições quanto ao recolhimento e tratamento da documentação recolhida e custodiada, volta-se para a sociedade, com o desenvolvimento de ações educacionais e culturais. Estas ações serão abordadas neste trabalho, como proposta de aproximar o usuário do arquivo, e partir disto ressaltar as potencialidades que os

arquivos e seus documentos já dispõe, porém, que só são descobertos através de seus acessos e usos, bem como, demonstrar que através destas ações, os mesmos tornam sua existência justificada e ativa perante a sociedade.

Por último, como forma de vislumbrar o cenário de difusão, e prática da ação cultural e educacional nos arquivos, buscou-se três arquivos públicos na região Sudeste, que tivessem websites. Foram observados e analisados em suas websites, alguns pontos mais gerais relacionados a difusão, como se possuem e utilizam-se de ferramentas da *web 2.0*, se mantem seus sites atualizados, se possuem informação ao cidadão (SIC) e perguntas frequentes (FAQ), dentre outros, e especificamente, se as instituições demonstravam através de seus websites e redes sociais, preocupação com o desenvolvimento da ação cultural e educacional.

1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO

O que é arquivo? Para que serve um arquivo? O que um arquivista faz? O que é documento de arquivo? Para os arquivistas e demais indivíduos que compõem o universo do arquivo e o fazer arquivístico, estas indagações já são bem conhecidas e com certeza, em algum momento nossa carreira ou durante a nossa formação, tiveram que se pôr a tentar esclarecer de forma simples tais questões, que perduram em nossa sociedade.

Delmas (2010, p. 17) evidencia este contexto, ao relatar que durante uma reunião, o diretor Geral do arquivo da França na presença de outras figuras importantes, foi surpreendido com a pergunta da nova secretária de Cultura: “para que servem os arquivos?”. Sendo assim, o autor comenta que, cenas como esta se tornaram “[...] reveladoras do desconhecimento que a grande maioria dos políticos, da mídia e dos intelectuais tem a respeito dos arquivos, da sua natureza profunda, dos seus múltiplos usos” (DELMAS, 2010, p. 17).

Acredito que, assim como para mim, esta invisibilidade seja um incômodo não é mesmo? Não exatamente relacionado ao exercício de tentar responder tais indagações, mas sim, por justamente ter ciência quanto à importante função e existência do arquivo na sociedade, e, no entanto, depara-se com seu

desconhecimento. Assim sendo, podemos a partir dessas questões e experiências compartilhadas e recorrentes, como ponto de partida.

Desta forma, faz-se necessário, primeiramente, esclarecer que, as indagações inicialmente abordadas estão intrinsecamente ligadas entre si. As respostas encontram-se nela, mesmo que partam dela mesma, tais questões. Sendo assim, durante o desenvolvimento das seções a seguir, à medida que tentarmos respondê-las, procuraremos demonstrar também tal relação, a fim de retirá-las do campo de desconhecimento da sociedade.

Posto isso, será necessário apresentar alguns conceitos relevantes como, arquivo, documento, documento de arquivo, bem como as diferentes visões e ideias levantadas durante a pesquisa. A partir disso, tentarei estabelecer uma “conversa”, com tais pontos que forem apresentados, a fim de trazer homogeneidade às construções a serem desenvolvidas.

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a importância dos arquivos em nossa sociedade a partir das estratégias de ação cultural e educativa propostas por instituições arquivísticas estaduais da região Sudeste.

1.2.2 Objetivos específicos

- Compreender as concepções de arquivo e de suas funções;
- Propor o desenvolvimento da difusão, voltada para ação cultural e ação educativa;
- Analisar a experiência de três instituições arquivísticas estaduais da região Sudeste, a fim de observar como realizam a difusão de seus acervos.

1.2.3 Metodologia

As metodologias de pesquisa utilizadas para o desenvolvimento deste trabalho, foram de caráter qualitativo, bibliográfico e descritivo.

A natureza qualitativa desta pesquisa, situa-se quanto à abordagem do problema. Buscou-se compreender, em meio a existência e funções exercidas pelos arquivos e seus profissionais, quais ações poderiam contribuir para reverter seu cenário de invisibilidade frente à sociedade contemporânea brasileira.

Quanto ao procedimento, através da pesquisa bibliográfica, buscou-se aporte teórico quantas as abordagens que pretendiam ser desenvolvidas. Através de leis, bibliografias da área arquivística e de outras áreas, pretendeu-se destacar a importância do arquivo em nossa sociedade, bem como, embasar a discussão acerca do arquivo, quanto às suas múltiplas utilidades e evidenciar a difusão, quanto ao desenvolvimento da ação educativa e ação cultural.

A pesquisa descritiva foi aplicada através da observação/análise dos websites dos arquivos públicos, com o objetivo de averiguar se os mesmos desenvolviam/realizam a difusão nestes espaços, bem como, ação cultural e ação educativa. Esta etapa tornou-se fundamental, visto que possibilitou solidificar as discussões desenvolvidas durante este trabalho.

2 O QUE É ARQUIVO?

Quando se pensa em arquivo, o que comumente nos ocorre? Um espaço grande, com estantes e mais estantes de documentos, em caixas? Um lugar pequeno, claramente improvisado, com algumas caixas? Um móvel, com grandes gavetas e pastas suspensas? Uma instituição, que tem como responsabilidade custodiar documentos? Muitos e variados sentidos, podem ser empregados ao termo arquivo, quando discutido e citado.

Neste sentido, este deve ser um dos primeiros pontos abordados, já que até mesmo na área, a polissemia do termo é expressa, como pode-se comprovar através da definição de “arquivo” apresentada no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 27):

1. Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte.
2. Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, a custódia processamento técnico, a processamento técnico conservação e o conservação acesso a documentos.
3. Instalações onde funcionam arquivos.
4. Móvel destinado à guarda de documentos.

Conjunto de documentos, instituição, serviço ou móvel, são os pontos citados, quanto à definição de arquivo. Historicamente, é muito comum que fatos como este, referentes à definição e delimitação, ocorram também em outras áreas e com relação a outras questões. A este fato, convém considerá-lo diretamente ligado a sua construção e estabelecimento. Ao contexto do arquivo soma-se, especificamente, a consequência de suas múltiplas funções e atuações ao longo do tempo, bem como da sociedade, no qual está intrinsecamente ligado.

O caráter polissêmico demonstra que o termo absorveu várias concepções, revelando ser capaz de se adaptar a diferentes situações históricas, [...], sendo os mais frequentes aquelas que se referem à instituição e ao conjunto orgânico de documentos. (SILVA, 2017, p. 61)

Desta forma a construção do que hoje conhecemos como arquivo, foi historicamente constituída. A constatação quanto a importância de sua conservação, para usos posteriores, foi fundamental, assim como demonstra a definição de arquivo, que apesar de suas variadas aplicações, ligam este termo e sua função, a manutenção da custódia dos documentos. Neste sentido, a atribuição como lugar responsável pela

manutenção da segurança necessária aos registros, é o que caracteriza sua existência.

A trajetória dos arquivos no mundo ocidental demonstra que o lugar é fundamental para o conceito. [...]. O lugar significava um espaço determinado onde é possível preservar, proteger e dar acesso. (SILVA, 2017, p. 62)

Delmas (2010) relata tal processo citando diferentes exemplos que reforçam essa “tomada de consciência”, advinda da preocupação e do risco de perda dos documentos. O autor comenta que, à medida que a sociedade se desenvolve, suas relações, atividades, produção e uso de documentos “precisos para agir, negociar e viver”, aumentam conseqüentemente. É por meio disto, como “um ato indispensável”, que os arquivos são conservados, como garantidores e peça fundamental do pleno funcionamento da sociedade.

Neste sentido, Bellotto (2014, p. 132) esclarece que a presença dos arquivos decorre da

[...] necessidade que sempre tiveram as comunidades humanas, desde a mais remota antiguidade, de registrar, em suportes inteligíveis, as suas normas, ações, transações, direitos, deveres etc. de modo a preservar os testemunhos necessários ao andamento das relações entre governantes e governados, tanto quanto dos membros dessa mesma sociedade entre si.

De acordo com esta abordagem, Pereira (2011, p. 18) esclarece que

A existência dos arquivos está ligada ao surgimento da escrita, do registro da vida em sociedade ou como memória pessoal para o homem. Ao longo da história da humanidade, a caracterização do arquivo mudou de acordo com questões políticas e culturais da sociedade. Assim, parece natural que os arquivos sejam o reflexo da sociedade que o produziu e que a sua interpretação esteja relacionada com as mudanças na sociedade de origem.

Desta forma, a partir da abordagem de Pereira (2011), conseguimos identificar que o modo como entendemos o arquivo atualmente, “sua interpretação”, decorre de sua construção ao longo do tempo, ou como a autora salienta, ao longo da sociedade e de suas transformações, sendo ele reflexo da mesma. Sendo assim, torna-se necessário conhecer e caracterizar a existência dos arquivos em perspectiva histórica.

Na Antiguidade Oriental (3000 a 500 AC), de acordo Bellotto (2002, p. 4) os arquivos caracterizavam-se por serem responsáveis pela custódia dos documentos ligados a autoridades e desta forma eram a estes que servia. Reuniam, de acordo com a autora, documentos como “leis, tratados, normas e preceitos [...]”. Destarte, as instituições com maior poder na época, como as igrejas, os reinos, dentre outros, eram as peças centrais e detentores do poder do acesso. Porém, na Antiguidade Clássica,

algo difere do quadro anterior, uma vez que os arquivos de Roma e na Grécia, continuavam a serviço das autoridades; porém alguns documentos já podiam ser consultados pelos seus cidadãos, como salienta a autora. Silva (2017, p. 101) também reconhece tal contexto e destaca a concepção jurídica do arquivo como lugar. Aprofunda-se, ao caracterizar a figura do arquivo, em Atenas nomeado de *Aerarium* e *Tabularium*, e em Roma, nomeado como *Metroom*. Assim, Schmidt (2012, p. 104) esclarece que, “nestes tempos, a ideia de arquivo remetia-se a depósitos de documentos a serviço da administração, ‘tesouros’ mantidos guardados pelo seu valor de garantia jurídica”.

É importante observar neste ponto, que a maior parte literatura da área não menciona a abertura dos arquivos na cultura Grega e Romana. Reconhecem que o Direito advindo destes povos tivera grande influência sobre nossa sociedade e no campo dos arquivos. Porém, a maior parte atribui o início desta atividade, a partir da Revolução Francesa, que mais para frente iremos abordar.

Na Idade Média (476-1453), Bellotto (2002, p. 4) esclarece que, os arquivos estariam diretamente ligados às autoridades feudais, motivado pela decadência do direito Romano, causada pela chegada dos povos bárbaros à Europa. Desta forma, a autora relata que, a partir do século XII,

[...] passa haver certo renascimento das provas documentais escritas, surgindo os títulos e registros como armas jurídicas, sobretudo relativamente aos direitos sobre as propriedades de terras, dando origem aos arquivos de autoridades feudais. (BELLOTTO 2002, p. 4)

É importante salientar que, nesta época, o valor de prova e a autenticidade dos documentos passaram por um maior questionamento. Caracterizado pelo poder associado à obtenção de propriedades, inúmeras eram as tentativas de fraudes aos títulos, dentre outros documentos que comprovassem tal direito. Desta forma, um dos parâmetros adotados para realizar a avaliação sobre a autenticidade de tais documentos, passava pela premissa de estarem sob os cuidados de um arquivo. Desta forma, este quesito era irremediavelmente questionado, estando a imagem do arquivo associado diretamente à segurança quanto à conservação e proteção dos documentos. É deste modo, que na alta Idade Média

[...] foram constituídos cartórios (arquivos incipientes, eclesiásticos; no século X, cartórios senhoriais (o mais antigo conservado é o da Catalunha), depois, no século XII, os primeiros núcleos de arquivos municipais e consulares. De meados do século XII ameados do século XIV, surgiram os arquivos das grandes cortes e jurisdição reais (Parlamento, Tribunal de Contas), enfim, os

senhoriais, os das paróquias, confrarias, universidades e colégios). (DELMAS, 2010, p. 23)

Na Idade Moderna (1453-1789), de acordo com Bellotto (2002, p. 5), os arquivos ainda estavam atrelados ao uso jurídico-administrativo. Este período, fora marcado pelo formato da sociedade, antes culturalmente e economicamente composta por feudos. Através da transformação destes pequenos feudos em reinos, os arquivos e documentos, que antes encontravam-se dispersos, também são reunidos. Desta forma, a autora afirma que, “surge a centralização do poder e passam a existir grandes arquivos reais (os chamados “tesouros do rei”) e também os arquivos notariais organizados”.

A Idade Contemporânea teve seu início marcado pela Revolução Francesa, em 1789. Como já citado anteriormente, em grande medida, este período é descrito como crucial, por grande parte da bibliografia ao tratarem da constituição dos arquivos e da Arquivologia. Isto porque, frente à sociedade, os arquivos públicos apresentam-se mais próximos do cidadão, permitindo o acesso parcial aos documentos, que anteriormente dispersos, foram reunidas em um arquivo nacional, criado em Paris.

Este movimento, quanto à centralização da documentação, acesso, ainda que limitado, bem como seu uso para fins jurídico-administrativos, pode ser observado no passado, visto que, na Antiguidade Clássica, já ocorria. Neste período, o arquivo caracterizava-se como uma das figuras centrais da sociedade, responsável por custodiar e conservar toda documentação produzida, bem como permitir acesso a parte dos documentos. Analisa-se assim, que sua história é marcada por um retrocesso, visto que, somente na Idade Contemporânea, o arquivo ganha novamente seu acesso e uso, considerado a sociedade.

Já na metade do século XIX, uma nova mudança ocorre. De acordo com Bellotto (2002, p. 5) evidencia-se no contexto dos arquivos, o surgimento da

[...] pesquisa feita por historiadores, na esteira da “história científica”, da história positivista, cujas práticas então se iniciavam e, nas quais, era dado um valor excessivo e único aos dados contidos nos documentos de arquivo.

Sandri (1968, p. 109) citada por Silva (2017, p. 68), também relata tão mudança, a partir do século XIX, onde

[...] a concepção jurídica cedeu lugar à concepção histórica, que passou a considerar como elemento essencial do conceito de arquivo não mais o lugar de conservação, mais os próprios documentos custodiados pela instituição.

É a partir deste ponto, que entendemos a constante referência feita, de que o arquivo se tornou, durante muito tempo, o “arsenal da história”. A esta nova vertente incorporada atribui-se tudo que até aqui já fora desenvolvido. Vale retomar, que o arquivo se torna fonte e registro inigualável, das ações e transformações pela qual a sociedade passou, e deste modo, fonte inestimável da história, que busca entender os eventos e remontar o trajeto e acontecimentos ocorridos no passado.

É neste período que começam a surgir os arquivos nacionais, decorrentes do exemplo na França; deste modo, Bellotto (2002, p. 5) salienta que estes eram “destinados a recolher e organizar a documentação inativa existente nas diversas pendências governamentais.”

Durante o século XX, Bellotto (2002, p. 5) relata que, “pouco a pouco, vai se desenvolvendo, em paralelo, o aperfeiçoamento dos arquivos administrativos, correntes, ligados à área da administração pública e da privada, e o dos arquivos históricos ligados à pesquisa”. Já Schmidt (2012, p. 146), fixa esta mesma mudança, como consequência dos pós-Segunda Guerra.

Tratava-se de um momento, em que toda a sociedade passava por muitas mudanças, marcada pelo desenvolvimento administrativo e tecnológico. Desta forma, no cenário dos arquivos não poderia ser diferente, especificamente os procedimentos relativos aos documentos, que tiveram sua produção impulsionada, bem como seus usos. Nunca foi tão relevante que os mesmos estivessem ao dispor de seus produtores. Desta forma, os procedimentos até então desenvolvidos pela área não eram suficientes, e necessitavam mudar, ou melhor, serem ampliados, visto que, o contexto e a sociedade também haviam mudado. É neste momento que a diferenciação e tratamento dado aos documentos administrativos e históricos, se estabelecem, bem como os profissionais para ambas as vertentes.

Neste sentido, os Estados Unidos da América foram os propulsores de tal avanço, estabelecendo assim o conceito de *records management* (gestão de documentos) e *archives administration* à (administração de documentos históricos). Sendo assim,

Deveria a primeira ocupar-se pontualmente da criação, planificação, controle, organização (classificação, arquivamento, armazenamento), utilização primária (pela administração) e destinação (avaliação, eliminação e/ou transferências e recolhimentos aos arquivos intermediários e/ou históricos); e a segunda, do arranjo (adaptação da classificação), descrição, difusão e utilização secundária (pela pesquisa) dos documentos chamados permanentes e históricos. (BELLOTTO, 2002, p. 5).

Deste modo, como consequência desta nova realidade aos arquivos, Silva (2007, p. 68) comenta que, seu significado como abordado anteriormente, associado somente a custódia e conservação, modifica-se. Centraliza-se no documento, e não mais no lugar, como a autora explicita.

2.1 O QUE É DOCUMENTO DE ARQUIVO?

Como visto anteriormente, a sociedade sempre produziu documentos desde os primórdios, estimulada pelo desenvolvimento das relações e atividades socialmente estabelecidas ao longo do tempo.

Desta forma tangível, podemos observar que diariamente, atividades - tarefas, compromissos, acordos, compras, vendas, dentre outros - que tenham sido estabelecidas, realizadas, ou desenvolvidas, geram documentos. Assim, até a atividade mais comum e rotineira, como ir ao mercado (nota fiscal), ir ao médico (receituário de tratamento, atestado médico ou declaração de comparecimento à consulta), troca de *e-mails* (registro na caixa de entrada e saída), podem ser pensados como exemplos, ao produzirem registro ao seu fim ou desenvolvimento. Diante disto, imaginar a quantidade de documentos que uma única pessoa é capaz de produzir desde que nasce, torna-se impossível.

Sendo assim, segundo o dicionário Multilingual Archival Terminology (2013), documento é definido como “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato”. Outra definição, que pode ser apresentada, é mais próxima dos exemplos descritos no início desta sessão. É o conceito utilizado por Bellotto (2007, p. 35) que trata com maior riqueza o conceito de documento, sendo este

[...] qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico, ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a carta, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário etc., enfim, tudo o que seja produzido, por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos, pela atividade humana.

Posto isso, cabe o primeiro esclarecimento que deve ser feito, visto que, agora que determinamos documento e como o mesmo tem sua produção presente na sociedade, o que determina ou difere o documento do documento de arquivo? Neste sentido, Delmas (2010, p. 55) constata, a pouca frequência com que se fala dos documentos de arquivo, justamente por fugir do comum aos demais documentos.

Com relação a esta dúvida, cabe referenciar o contexto de criação. O documento é arquivístico, pelo contexto de sua criação e pelo papel que o mesmo desempenha dentro de determinado conjunto documental. Deste modo, “[...] O documento de arquivo, não vale por ele mesmo. Tem que está dentro de um contexto, de um todo orgânico”. (CASTRO, CASTRO, MORAES, GASPARIAN, 1988, p. 22)

Deste modo, tais documentos como anteriormente citados, presente no nosso dia-a-dia, não chegam à complexidade de características estabelecidas e representadas pelo documento de arquivo. Pois, mesmo que os mesmos decorram como fruto de atividades desenvolvidas, sem que haja o conhecimento sobre seu contexto, o documento unicamente solto não representa ou estabelece ligação, o que torna seu motivo de ser, de sua produção, comprometida, visto que, seu sentido só pode ser estabelecido dentro do conjunto que compõe sua existência, pelo mesmo fim de produção.

Destarte, Delmas (2010, p. 56) esclarece que

os documentos de arquivo, independentemente de data, suporte, forma ou local de conservação são aqueles solidariamente produzidos ou recebidos por qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, no exercício de suas atividades, acumulados e organizados em consequência dessas mesmas atividades, e conservados para eventuais usos futuros.

Desta forma, uma das definições mais disseminadas de documento de arquivo, pode ser encontrada no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), como “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”.

Podemos utilizar ainda, a contribuição dada por Schellenberg ao esclarecer que documento de arquivo são

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independente de suas apresentações físicas ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada, no exercício de seus encargos legais ou em função de suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores, como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos. (CASTRO, CASTRO, MORAES, GASPARIAN, 1988, p. 29)

Desta maneira, é preciso salientar que tal produção não acontece de forma intencional ou proposital. Eles nascem sob a luz e reflexo do universo que o produz, da realidade e contexto às suas atividades, funções, deveres e direitos, seja de apenas um ou de determinado grupo de indivíduos ou de uma ou de um grupo de instituições/administrações.

Logo, podemos citar Duranti (1994, p. 50), que neste sentido, afirma que documentos arquivísticos são

[...] um tipo conhecimento único: gerados ou recebidos no curso das atividades pessoais ou institucionais, como seus instrumentos e subprodutos, os registros documentais são as provas primordiais para as suposições ou conclusões relativas a essas atividades e às situações que elas contribuíram para criar, eliminar, manter ou modificar.

Sendo assim, em razão do seu contexto de produção, onde estabelece relação com os demais documentos que compõem a atividade que lhe originou, é que eles tornam-se prova. Mediante a isto, Duranti (1994, p. 51) explicita que os documentos arquivísticos apresentam cinco propriedades principais, sendo elas: imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade.

A primeira característica é a imparcialidade. Segundo Duranti (1994, p. 51) “os registros são inerentemente verdadeiros” e livres de preconceito, quanto aos seus usos atuais. Deste modo, acrescenta que os documentos “trazem uma promessa de fidelidade aos fatos e ações que manifestam e para cuja realização contribuem, eles também ameaçam revelar fatos e atos que alguns interesses não gostariam de ver revelados” (DURANTI, 1994, p. 51). Para a autora, outro aspecto importante para assegurar a imparcialidade do documento arquivístico:

[...] o contexto mais amplo da atividade geradora dos documentos e o ambiente cultural no qual seus intérpretes vivem são fatores essenciais para a compreensão da verdade que pode ser extraída dos documentos (DURANTI, 1994, p. 51).

A segunda característica se refere à autenticidade. Para a autora, os “documentos são autênticos porque são criados tendo-se em mente a necessidade de agir através deles” (DURANTI, 1994, p.51). Eles são criados pela demanda de registrar as funções e atividades do produtor. Além disso, se faz importante compreender que essa propriedade não diz respeito à veracidade do conteúdo contido nos documentos. A autora também explica que “os documentos são autênticos porque são criados, mantidos e conservados sob custódia de acordo com procedimentos regulares que podem ser comprovados” (DURANTI, 1994, p. 51). Ou seja, a guarda do documento influencia a manutenção de sua autenticidade. Um documento que foi retirado de seu conjunto ou separado do seu produtor, pode ter seu valor probatório prejudicado.

A terceira está relacionada à naturalidade, que diz “respeito à maneira como os documentos se acumulam no curso das transações de acordo com as necessidades de matéria em pauta [...]” (DURANTI, 1994, p.52). Assim, se estabelece uma diferença entre os documentos arquivísticos e os demais. Essa naturalidade não expressa uma

intencionalidade de produção, pois os documentos arquivísticos não são, como diz Duranti, “coletados artificialmente” e sim acumulados “de maneira contínua e progressiva”. Eles aparecem naturalmente, devido às necessidades geradas pelas atividades do produtor.

O inter-relacionamento é a quarta característica e refere-se à relação dos documentos uns com os outros no decorrer de suas atividades, cujo vínculo é fundamental para compreensão do contexto de produção documental. E para Duranti (1994, p. 52)

[...] os documentos estão ligados entre si por um elo que é criado no momento em que são produzidos ou recebidos, que é determinado pela razão de sua produção e que é necessário à sua própria existência, à sua capacidade de cumprir seu objetivo, ao seu significado, confiabilidade e autenticidade.

Por fim, a quinta e última característica é a da unicidade, que “provém do fato de que cada registro documental assume um lugar único na estrutura documental do grupo ao qual pertence e no universo documental” (DURANTI, 1994, p.52). Independente da forma do documento, se ele é original ou uma cópia, cada documento é único, foi produzido por uma razão, até mesmo uma cópia é a reprodução com uma finalidade específica. Como afirma a autora:

Cópias de um registro podem existir em um mesmo grupo ou em outros grupos, mas cada cópia é única em seu lugar, porque o complexo das suas relações com outros registros é sempre único (DURANTI, 1994, p. 52).

Delmas (2010, p. 57) reforça esta característica, ao esclarecer que "todo documento de arquivo é único porque individual". Mesmo um documento aparentemente múltiplo, como uma circular, é único para cada destinatário, por ser um documento que lhe foi endereçado pessoalmente."

Assim, podemos dizer que o valor probatório é consequência da preservação dessas características.

As características de imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade tornam a análise dos registros documentais o método básico pelo qual se pode alcançar a compreensão do passado tanto imediato quanto histórico, seja com propósitos administrativos ou culturais. A natureza da prova documental é de primordial importância e diz respeito tanto ao direito, que regula a conduta de nossa sociedade, como à história, que a explica. (DURANTI, 1994, p. 52)

Deste modo, a partir das contribuições quanto à abordagem das características do documento de arquivo realizada por Duranti (1994), é possível observar e concluir definitivamente, que as diferenças quanto a se considerar que o documento seja

arquivístico ou não, não estão presentes no seu formato, como comumente pensa-se “papel, deve ser material de Arquivo; livro, material de Biblioteca e objeto tridimensional, material de Museus”. Tal estabelecimento, encontra-se intrínseco no contexto de sua produção.

3 IMPORTÂNCIA DOS ARQUIVOS E DOS ARQUIVISTAS EM NOSSA SOCIEDADE

Então, como justificar a importância dos arquivos na sociedade?

A importância do arquivo encontra-se amparada nos motivos para seu estabelecimento, preservação e uso, intrinsecamente ligados à sociedade.

Neste sentido, Delmas (2010, p. 20), empenha-se em detalhá-las. Partindo das múltiplas funções/usos do arquivo, o autor ressalta que suas utilidades desenvolveram-se ao longo do tempo, por meio da sociedade, com a finalidade de “responder às exigências de tratamento, de comunicação e de conservação de seus atos e decisões [...]”.

Deste modo, o autor cita quatro das utilidades, que considera fundamental, dentre as diversas que pertencem ao arquivo, sendo elas: Provar, lembrar-se, compreender e identificar-se. Para cada utilidade estabelecida, Delmas (2010, p. 21) realiza apontamentos quanto às suas relações, deste modo “provar seus direitos é uma utilidade jurídica e judiciária. Lembrar-se é uma utilidade de gestão. Compreender é uma utilidade científica de conhecimento. Identificar-se pela transmissão da memória é uma utilidade social”.

Com o mesmo propósito, de abordar as razões de estabelecimento dos arquivos na sociedade, podemos também citar Bellotto (2014), que utiliza a abordagem estabelecida por Schellenberg em meados do século XX, para discorrer sobre tais razões.

A primeira, de acordo com Bellotto (2014, p. 307), refere-se ao aumento da eficiência do governo. Todos os documentos produzidos ao longo de um governo, encontram-se em seus arquivos, sendo assim, tornam-se reflexo das atividades desenvolvidas ao longo de sua atuação. Neste sentido, serão eles, a fonte imprescindível para tomada de decisões. Assim,

[...] eles constituem os instrumentos básicos administrativos, que acompanham a atuação dos órgãos públicos. Eles contêm as provas dos compromissos financeiros e legais. Eles incorporam toda a experiência de base dos governos necessitam para dar consistência e continuidade a seus atos, estabelecer suas políticas, manejar o social e o econômico, assim como resolver os problemas organizacionais e de procedimento. Em poucas palavras, eles são a base sobre a qual a estrutura governamental é construída. (BELLOTTO, 2014, p. 307)

Neste mesmo ponto de vista, Delmas (2010) comenta que na França tais arquivos eram tão importantes para a garantia e continuidade de um governo, que a cada eleição os governos que estivessem em atuação, próximo do fim de seu mandato, deveriam elaborar uma espécie de dossiê que reunisse a documentação dos últimos dois anos de sua atuação, para que a próximo governo pudesse tomar conhecimento do que fora desenvolvido, assim como de outros parâmetros gerais.

Se trouxermos tal processo descrito por Delmas (2010) para a nossa atualidade, podemos analisar que tal processo também ocorre no Brasil. Na Constituição Federal, especificamente no art. 37, caput, determina-se que a “administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

Tais princípios aplicam-se às transições de governos, criando a obrigatoriedade para os entes públicos (nos âmbitos federal, estadual e municipal) de prestar aos novos gestores todas informações e documentos relativos às contas públicas, aos programas e aos projetos do governo, incluindo os convênios, contratos de repasse e instrumentos correlatos, de modo a não prejudicar ou retardar as ações e serviços públicos, evitando a descontinuidade administrativa. (BERNARDES, 2019)

Mesmo com esta determinação constante na Constituição Federal, que aborda quanto às responsabilidades da administração pública nas transições de governos, diversos órgãos públicos fiscalizadores como Tribunais de Contas e Ministério Público, constantemente recebem denúncias com relação a crimes realizados principalmente em âmbito municipal, denominados de “desmonte”, que dentre diversas ações, têm como um de seus objetivos o “extravio e destruição dolosa ou culposa de documentação oficial”. (BERNARDES, 2019)

Decorrente deste cenário, havendo a necessidade de regras mais claras quanto aos procedimentos a serem implementados no processo de transição de governo, bem como, a garantia quanto a responsabilidade de disponibilização de informações e documentos consideradas pertinentes ao candidato que virá assumir o cargo, criou-se a Lei nº 10.609 de 20 de dezembro de 2002, que “dispõe sobre a instituição de equipe de transição pelo candidato eleito para o cargo de Presidente da República”, sendo utilizada também, em âmbito estadual e municipal, e como base na produção de outros instrumentos que visam orientar os gestores neste processo.

Desta forma, após o fim da eleição para presidência, o candidato eleito passa por uma espécie de estudo/preparação. São em média, dois meses antes da posse, dedicados a conhecer as atividades desenvolvidas e a real situação do país, para que desta forma, possa-se traçar os caminhos que o novo governo percorrerá, bem como as principais medidas que devem ser tomadas. No campo da Gestão e administração pública, este procedimento denomina-se Transição de Governo (TG), e envolve

[...] um conjunto de esforços formais, comportamentais, técnicos, metodológicos, legais para que este/esta [...] possa receber, da gestão em exercício, todas as informações imprescindíveis à implementação do seu programa de governo, evitando rupturas e, de modo contrário, promovendo a continuidade das políticas, projetos e serviços públicos, para atender à comunidade, desde os primeiros momentos à frente do cargo. (Neri, 2020)

As circunstâncias mais conhecidas até o momento, retratam a passagem do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, onde de fato, de acordo com os autores desta área, houve a institucionalização deste procedimento, apontado como exemplo de boa prática governamental.

Neste sentido, torna-se fundamental salientar que, sem a existência dos arquivos, bem como a conservação de seus documentos, a possibilidade de tal processo ocorrer seria impossível, principiando que, todo ato e ação tomada por estes governos mencionados acima, estão registrados e contidos nos documentos, e no arquivo, produzidos durante seu período de gestão.

Os arquivos não são capazes de evitar fraudes ou corrupção, mas podem ajudar a detectá-las. A profissão de arquivista - juntamente com a fiscalização da mídia e de entidades empresariais, governamentais e de grupos de interesse - é mecanismo essencial para a responsabilidade administrativa. (LACOVINO, 2016, p.262)

Deste modo, diversos casos de escândalos vez ou outra, são noticiados, e o que se pode concluir é que os mesmos não são exclusivos de um tempo (passado ou presente), eles estão sempre sujeitos a ocorrerem em qualquer período da sociedade. Assim, Iacovino (2016, p. 263) reconhece que, frequentemente os documentos e o arquivo, não são tomados de sua devida responsabilidade, e lembrando que, no Canadá e na Austrália na década de 1980, houve crises em seus respectivos sistemas de governo que foram manifestadas na ausência de prestação executiva de contas perante o Parlamento e o povo.

Referente a este contexto, em 1989 na Austrália, Iacovino (2016, p. 263) relata que, uma importante contribuição foi exercida por Terry Eastwood ao conclamar os arquivistas a “introduzirem uma noção do arquivo enquanto arsenal de responsabilidade e continuidade democráticas no anseio da sociedade e em seu tecido corporativo e social”. Para além da visão dos arquivos institucionais públicos, “[...] enquanto arsenais de história, administração e legislação [...], a autora relata que Eastwood reuniu todos esses pontos em um único objetivo, o relacionando à responsabilidade, “pois os arquivos são provas de ações passadas que atendem a toda comunidade - todos os interesses - através do documento, esteja este localizado num arquivo público ou em um privado”.

O chamamento público, realizado por Terry Eastwood, estava relacionado ao momento que vivia a sociedade, como situa Iacovino (2016). É importante transcorrer os acontecimentos, as diversas mudanças e atuações no pensamento arquivístico, bem como, suas atuações frente à sociedade. Naquele momento quando toca sobre a responsabilidade, Eastwood não queria dizer que as relações do arquivo com a história, administração e legislação, devam ser deixadas de lado ou que elas não existam, mas ele volta seu olhar para um ponto mais importante naquele exato momento, ao contexto pelo qual a sociedade, arquivo, administrações públicas e privadas estavam passando/ “vivendo”.

Visava assim, a garantia que os documentos produzidos cumprissem sua função, bem como, a preservação de sua autenticidade, visto que, constantemente encontravam-se ameaçados, demonstrando a “clara ligação entre o processamento documental inapropriado e a falta de responsabilidade por parte do governo e de empresas” (IACOVINO, 2016, p. 264). Desta forma, a abordagem salientada por Eastwood, percorria a gestão de documentos, a fim de “contribuir para a responsabilidade coletiva de ações humanas no tempo e no espaço” (IACOVINO, 2016, p. 264). Neste sentido, a autora aponta cinco responsabilidades sobre qual o olhar do arquivista deve estar voltado: Responsabilidade democrática, responsabilidade histórica, responsabilidade coletiva, responsabilidade na gestão de riscos.

A responsabilidade democrática, está relacionada à “vida como um todo” do documento, e não apenas em seu final, ou seja, o profissional precisa estar ciente quanto às ações que impulsionam sua criação, para desta forma, identificar sua função dentro daquele determinado contexto e seu momento de produção. Exige-se,

de acordo com Iacovino (2016, p. 264), constante “intervenção ativa por parte do profissional em termos de que tipo de documento foi criado, por quem e como este foi incluído num sistema de gestão documental e disponibilizado aos seus criadores e a toda a sociedade”. A autora aponta para o uso de sistemas para o rastreamento dos documentos, assim como, para obter-se informações se o mesmo fora alterado ou falsificado, o inverso deste cenário seria suficiente para levantar suspeitas quanto a sua autenticidade.

A responsabilidade histórica, assume que a "memória individual, organizacional e social de acontecimentos sempre dependeu de documentos aos quais normalmente se pede que repare injustiças por meio do sistema jurídico” (IACOVINO, 2016, p. 265).

A responsabilidade coletiva, “inclui o reconhecimento de que ela é compartilhada por atos que podem ter sido levados a cabo por terceiros” (IACOVINO, 2016, p. 266). Sendo assim, “atesta assegurar que os documentos relativos a esses atos sejam criados e preservados a fim de contribuir com a memória coletiva” (IACOVINO, 2016, p. 266). A autora ressalta que esta responsabilidade, será diretamente influenciada pela sociedade e seu sistema de valores, que são caracterizados e formulados a partir de sua religião, sistema jurídico e social, seus costumes e sentidos comuns, ou seja, “como a comunidade governa a si própria” (IACOVINO, 2016, p. 265).

A responsabilidade arquivística, relacionada à gestão de riscos, está presente sobre os questionamentos: “quais são os riscos no caso da não criação ou da preservação de documentos? Como os arquivos minimizam outros riscos, como a negligência?” (IACOVINO, 2016, p. 266). Destarte, a autora ressalta que consequentemente “a decisão de manter ou não um documento é um risco empresarial ou social” (IACOVINO, 2016, p. 267).

Um cenário perigoso apontado por Iacovino (2016, p. 279), no que tange o cumprimento de todas estas responsabilidades arquivísticas mencionadas acima, bem como, as justificativas de implementação do arquivo na sociedade, relacionadas a seus usos (especificamente a eficiência do governo e para requerimento de direitos), encontra-se presente na frequente tomada de decisão de privatizar as atividades e funções remetidas ao governo. A transferência dessas atribuições para o contexto privado, fora do governo e do parâmetro público, podem acarretar diversas consequências negativas, principalmente com relação a duas de suas principais funções, a entrega de serviços de qualidade à sociedade, e a consistência quanto às

prestações de contas e dos documentos apresentados, como movimento independente da gestão.

A perda de controle sobre a execução dos serviços contratados é apontada por Iacovino (2016, p. 278), ao esclarecer que “a terceirização de funções do Estado, mesmo aquelas que não são tratadas como estratégicas, pode levar a perda de conhecimento organizacional” a autora ainda conduz sua fala abordando que “terceirizar as próprias funções de arquivo pode ocasionar riscos à segurança, à exatidão, à integridade e a destruição de documentos.

Um adendo a este último contexto, com relação à terceirização das funções dos arquivos, é que seus documentos sempre foram considerados “muito trabalhosos” pelas administrações públicas ou privadas, principalmente quando se tornavam massa documental acumulada. O eminente risco, revestido de solução, promessas e milagres, advindo da terceirização das atividades e tratamentos documentais, podem acarretar diversas perdas. As responsabilidades e atividades destinadas a profissionais capacitados têm sido transferidas a empresas que prometem “cuidar” e guardar os documentos, colocando-os em processos de digitalização ou acondicionamento, caracterizados na maioria das vezes, por não terem compromisso junto aos procedimentos arquivísticos. Desta forma, fortunas são gastas em contratos para estes fins, sem a devida fiscalização e acompanhamento dos procedimentos dados aos documentos.

Sendo assim, acerca das privatizações, Iacovino (2016, p. 278) ressalta que os documentos criados no intermediário dos acordos estabelecidos, devem ser preservados a fim de “verificação de responsabilidades”. Outra importante perspectiva é quanto a “incerteza/campo neutro” que habita a produção dos documentos produzidos pelas funções terceirizadas, pois, a tratativa documental quase nunca encontra-se presente nas cláusulas dos contratos estabelecidos por essas funções. Na linha tênue entre o público e privado, não saber-se-ia de quem cobrar ou através de quais sanções caberia tal cobrança.

Nesta perspectiva, Iacovino (2016, p. 279) enfatiza que, “terceirizar funções de Estado a prestadores privados não diminui o interesse público”. Desta forma, a autora complementa seu raciocínio, esclarecendo que

[...] a privatização completa retira os documentos do domínio do governo, e a sua posse e sua transferência do Estado para as entidades privadas podem afetar os direitos adquiridos e as responsabilidades das organizações e a dos cidadãos”. (IACOVINO, 2016, p. 279)

A partir disto, acerca dos interesses dos cidadãos aos arquivos e a seus documentos, é que se encontra o segundo e o terceiro pontos que determinam as razões para o estabelecimento dos arquivos na sociedade, porém, ambos se caracterizam por enfoques distintos. (BELLOTTO, 2014, p. 308 apud SHELLENBERG)

No segundo ponto, a existência dos arquivos está ligada diretamente à concepção de “repositório dos seus direitos garantidos pelo direito e pela consolidação da própria sociedade à qual pertencem” (BELLOTTO, 2014, p. 308).

O terceiro ponto, encontra-se relacionado às razões de ordem cultural. A autora comenta que, decorrente da riqueza e variedade dos documentos de arquivo, os mesmos “fazem parte do patrimônio cultural de uma comunidade, nação ou povo” (BELLOTTO, 2014, p. 308).

Sendo assim, torna-se importante saber as razões que podem levar o cidadão a recorrer a estas instituições, dado o quão diverso são as razões que podem ser motivadoras de tal busca. Desta forma, a abordagem quanto ao pós modernismo reconhece e reforça, que um mesmo documento não cessa na sua primeira, nem na segunda ou terceira leitura e interpretação, o mesmo dependendo do seu contexto - tempo e lugar - pode vir a ter usos diversos, cabendo também a necessidade e objetivo com que tal documento for buscado. É nesse sentido, que se evidencia o

questionamento ou à argumentação de que o arquivo pode ser remoldado por narrativas alternativas àquelas estabelecidas pelo criador do documento, narrativas que complementariam, substituiriam ou reinterpretariam os mesmos eventos que revelariam a existência de diferentes grupos de indicadores [...]. (IACOVIDO, 2016, p. 279)

Destarte, constatada esta riqueza e infinitas possibilidades encontradas na natureza do arquivo, que perpassam as razões de seu estabelecimento, como os autores citam, podemos apontar o acesso e uso dos documentos de arquivo, pela sociedade. É mediante o acesso ao arquivo, sua função primordial, que possibilitou-se o desenvolvimento dos usos hoje dado aos documentos, bem como, a diversidade com relação à descoberta de novas formas de uso, que ainda podem ser dados.

Desta forma, como já abordado, a abertura dos arquivos à sociedade, instituída pela Revolução Industrial, é um marco natural, no tocante ao acesso, mesmo que anteriormente este processo já ocorresse de forma parcial na Antiguidade. Porém,

entende-se os motivos de referenciar-se tal movimento, já que fora a partir deste momento, que se expandiram os usos dos documentos pela sociedade

O “existir” dos arquivos ligados à cidadania foi o móvel do marco principal da história dos arquivos – a Revolução Francesa – por apresentar, justamente, a abertura dos arquivos às camadas populares. Ora, a sociedade, ao aproximar-se dos arquivos, foi ao encontro dos registros de seus direitos e de seus deveres, dos codificados aos consuetudinários. A rede das relações de ordem administrativa, jurídica, política, social ou econômica. (BELLOTTO, 2014, p. 310)

Posto isso, torna-se necessário comentar que este direito, quanto à garantia do acesso, encontra-se registrado na Constituição Brasileira de 1988 e na Lei Brasileira de Arquivos (Lei nº 8.159/91). Neste sentido, a referência mais atual que podemos encontrar e a qual somos remetidos, é a Lei de acesso à informação (Lei nº 12.527/2011). Esta lei surgiu, em grande medida, da demanda da sociedade, que partilhava da necessidade de transparência aos procedimentos administrativos, ligados especialmente ao governo, bem como, o desejo de acesso aos documentos produzidos por tal.

A Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), determinou em 2016, através da resolução 38 c/70 de 2015, que o dia 28 de setembro seja comemorado o Dia Internacional do Acesso Universal à Informação. Tal data tem o propósito de destacar a Agenda 2030, especificamente o ODS (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável) 16 "Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis". Dentre seus itens listados o que mais se aproxima do acesso à informação, são os itens:

16.3 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos;

16.5 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas;

16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis;

16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis;

16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais;

Além disto, o arquivo pode e deve ser reconhecido com possibilidade de atuação e de relevância aos demais objetivos estabelecidos neste mesmo acordo mundial, mesmo que tal atribuição não esteja registrada oficialmente em tal. Desta forma, como reconhecido “o acesso à informação não é somente um objetivo em si, mas um colaborador fundamental para a realização de todos os outros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (informação verbal), destarte “é crucial que continuemos nossos esforços para garantir que toda mulher e todo homem usufrua plenamente do acesso à informação” (informação verbal).

Partindo das várias possibilidades de uso do arquivo, dos documentos de arquivo, e do acesso à informação - reconhecido como crucial para o pleno desenvolvimento de outros objetivos estabelecidos pela UNESCO - podemos citar como exemplo de atuação e promoção de projetos, temas como, do ODS 4 - Educação de qualidade “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos”; o ODS 5 - Igualdade de gênero “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”; dentre outros.

Sendo assim, num contexto prático, o arquivo, juntamente da escola, poderia desenvolver ações educacionais. Através de documentos históricos que marcaram a participação de mulheres ao longo do tempo, estariam contribuindo para a melhoria do ensino, bem como, para avanços no movimento feminista diante da sociedade. Esta vertente de atuação dos arquivos, aprofundada nas seções seguintes.

Desta forma, através dos pontos que pretendeu-se desenvolver a esta última seção, podemos aqui com a finalidade de concluir, utilizar uma citação de Bellotto (2014) que vai de encontro ao posicionamento que o arquivo deve assumir perante a sociedade.

E é neste sentido do acesso do cidadão ao universo da informação, seja de caráter jurídico, trabalhista, militar, previdenciário, econômico, cívico etc., tanto quanto a de caráter cultural, social, educativo e de entretenimento, que os arquivos devem se posicionar na sociedade. Sejam públicos, de nível federal, estadual ou municipal, sejam privados, de organizações e entidades, eles podem e devem estar a serviço da sociedade que integram e que, afinal, possibilita sua existência. São completamente interdependentes as necessidades e os benefícios entre arquivos e sociedade.

4 DIFUSÃO EM ARQUIVOS PÚBLICOS

Na seção anterior pudemos constatar a importância dos arquivos públicos em nossa sociedade. Por meio de suas diversas possibilidades de atuações e uso, os arquivos e os documentos de arquivo justificam a razão pela qual devem ser preservados, visto o papel essencial que exercem.

Pelas mais variadas funções e atividades, que embasam a produção dos documentos de arquivo, o que caracteriza a natureza única como o arquivo é constituído, podemos imaginá-lo como um aparelho que contém diversas funcionalidades, que estão disponíveis para ser utilizadas de acordo com as necessidades e usos que lhe derem. As pessoas que atuam diretamente nessas instituições conhecem suas funcionalidades, como, para que e onde acioná-las e, desta forma, irão recorrer a elas quando necessitarem. Em contrapartida, existem as pessoas que se encontram fora deste contexto (as mesmas referenciadas no início deste trabalho - que desconhecem o que é um arquivo, sua função e importância) e desta forma, conseqüentemente, desconhecem a existência dessas funcionalidades e suas infinitas possibilidades de uso, e quando recorrer a elas. Ou seja, quando não sinalizada suas funcionalidades e potenciais de usos, assim como uma “máquina”, o arquivo não atinge seu objetivo e capacidade máxima de atuação, frente à sociedade.

Cabe aos arquivos e arquivistas mudarem este contexto. Sair do ponto que espera ser contatado ou solicitado para dúvidas e consultas, como fonte de busca de uma pequena parte da sociedade (que por suas atribuições profissionais - professores, pesquisadores, estudante de ensino superior, dentre outras - frequentemente recorrem ao arquivo) e assumir seu papel, sinalizando suas potencialidades como instituição que pode contribuir para a construção, reconhecimento e fortalecimento da cultura, educação e noção de patrimônio e desta forma, tornar-se muito mais próxima da sociedade, ou melhor, manter-se, já que sua formação e existência estão intrinsecamente ligados a ela. Desta forma, abordaremos nesta seção o desenvolvimento da ação Cultural e ação Educativa em arquivos como proposta de mudança deste paradigma, que a tantos anos conseqüentemente o afasta de uma de suas principais funções, a de cunho social.

4.1 DIFUSÃO: AÇÃO CULTURAL E AÇÃO EDUCATIVA EM ARQUIVOS

“O uso é que determina o arquivo e não o arquivo que determina o uso”
(GARCIA BELSUNCE, 1980 apud BELLOTTO, 2012, p. 7)

O arquivo é um arsenal rico de possibilidades, interpretações e usos, que muitas vezes não são despertados e descobertos. Pensar em seus usos para além do que foram produzidos, é reconhecer toda sua potencialidade como rica fonte inesgotável de dimensões, capaz de tornar-se peça fundamental em novos cenários e contextos. Desta forma, cabe evocar Bellotto (2006, p. 227), que no tocante dos arquivos públicos - documentos permanentes - e suas funções, elucida a importância do desenvolvimento desta atribuição

Os arquivos públicos existem com a função precípua de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais originados na área governamental, transferindo-lhes informações de modo a servir ao administrador, ao cidadão e ao historiador. Mas, para além dessa competência, que justifica e alimenta sua criação e desenvolvimento, cumpre-lhe ainda uma atividade que, embora secundária, é a que melhor pode desenhar os seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro. Trata-se de seus serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa.

Observa-se, que está “competência secundária” citada pela autora, bem como suas discussões e práticas no âmbito dos arquivos brasileiros, ainda são escassas. Erroneamente, peca-se ao interpretar que dentre as atividades desenvolvidas por um arquivo, a difusão cultural seria menos importante, fazendo-a ser pensada somente e quando “sobra-se tempo”, ou quando todas as outras atribuições de cunho mais técnico e rotineiro, já foram cumpridas. “Entendemos que a difusão deve ser colocada entre as prioridades, uma vez que é através dela que a sociedade conhece o patrimônio documental” (Barbosa e Silva, 2012, p. 46). Desta forma, ressalta-se a necessidade que ela seja igualmente desenvolvida em paralelo com as outras funções, compondo o quadro fixo de rotinas, ou melhor, de projetos desenvolvidos pela instituição.

Outro ponto que compõem a realidade da difusão cultural em arquivos, quando desenvolvida, é pairar sobre o costumeiro debate referente ao acesso à informação, que tratariam das solicitações de consultas a documentos custodiados pela instituição.

Destarte, ressalta-se a observação realizada por Barbosa e Silva (2012, p. 46) ao enfatizarem que para além deste cenário, torna-se necessário falar da

“[...] divulgação, difusão, comunicação e vulgarização dos acervos independentemente da vontade do consulente ou curiosidade do pesquisador. É por meio da difusão que se dá visibilidade às fontes, antecipando ao público a riqueza documental de um arquivo. Sua importância está em chamar a atenção para o que está guardado; em um arquivo público, em dar publicidade ao que já é público, mas que muitos não conhecem; em construir, através do conhecimento desse patrimônio, a noção do seu valor”.

As contribuições realizadas por Vaz e Venâncio (2018, p. 4), com relação às definições acerca de difusão cultural, contribuem para compreensão deste contexto no qual identifica-se a pouca prática desta competência nos arquivos. Os autores apontam que no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), o conceito de difusão não é encontrado, porém, termos próximos podem ser destacados. O termo “Divulgação” é definido como “conjunto de atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos, por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências” e “Disseminação da informação” compreenderia o “fornecimento e difusão de informações através de canais formais de comunicação”, sendo este último termo, uma apropriação realizada por Rockembach (2015).

Neste mesmo sentido, por meio das leituras realizadas para o desenvolvimento desta seção, notou-se que parte dos autores ao discutirem e discorrerem sobre o contexto das ações e projetos que buscam trabalhar e unir arquivo e sociedade, utilizam-se do termo “educação patrimonial”, com o mesmo sentido referenciado a difusão cultural, dando a entender que estão referindo-se ao mesmo processo e objetivo. Vaz e Venâncio (2018, p. 4 apud Rockembach 2015, p. 100), através de seu trabalho, confirmam esta constatação, esclarecendo que “uma das abordagens correntes em difusão de arquivos, que também vemos aplicadas a demais instituições de memória, como museus e memoriais, é a educação patrimonial”.

Neste sentido, cabe trazermos e citarmos de forma direta, as colaborações de Barbosa e Silva (2012) para o termo “difusão”, direcionada às suas práticas e objetivos (por ausência de definição como já fora esclarecido) e Fratini (2009) para “educação patrimonial”, utilizando-se de uma definição, que contempla também o objetivo.

Sendo assim, para Barbosa e Silva (2012), compõem as ações de difusão

“[...] a publicação de livros, periódicos e conteúdo de internet, os quais estão ligados ao acervo e à memória que ele preserva; a estruturação de

exposições, a programação de palestras e cursos; a condução de visitas monitoradas na instituição; o atendimento a grupos de alunos; a preparação de materiais didáticos; o oferecimento de oficinas pedagógicas com documentos de arquivo, entre outras. Todas essas ações visam atingir o usuário final da informação, seja o aluno, o professor, o pesquisador, o cidadão em geral. Sua função é a de mostrar o potencial do acervo; transformar o documento bruto em pesquisa; incitar a investigação; sugerir interpretações das fontes; produzir leituras da história; dar a conhecer o universo documental com a linguagem que o público final entende. (BARBOSA E SILVA, 2012, p. 46)

Já Fratini (2009), utiliza o Guia básico de Educação Patrimonial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), como fonte para abordar o conceito de Educação Patrimonial, tratando-se este de

[...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA, 2006, p. 6, grifo do autor apud FRATINI, 2009, p. 2).

Desta forma, é possível inferirmos algumas observações a partir de tais citações. Ambos caminhos apontados, pretendem como denominador comum, atingir o usuário (de forma diversa, a todos os eixos da sociedade), porém, por tocar no reconhecimento e construção da herança cultural, o desenvolvimento da educação patrimonial transmite uma impressão maior de proximidade da sociedade, à medida que parte da “[...] experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados[...], tomando a sociedade como seu eixo norteador.

Na visão de Fratini (2009, p. 5), que opta pelo uso do termo “educação patrimonial”, a “difusão” nos arquivos mostra-se como algo ligado a sua concepção e função “no sentido de dar acessibilidade às informações contidas nos documentos”, porém, o mesmo não considera “atividades sistematizadas e muito elaboradas relativas à educação patrimonial”. Acrescenta ainda, que observa no meio arquivístico uma dificuldade em aceitar a adoção da educação patrimonial, sugerindo assim que a

Difusão pode ter uma conotação estendida para além da objetividade inerente a esse termo arquivístico, e subjetivamente – dentro da realidade, prioridades e limites de cada instituição – buscar uma maior abrangência de resultados com programas e ações de cunho educativo. (FRATINI, 2009, p. 5)

Neste sentido, Chuva (2009, p. 39) traz uma rica contribuição, ao esclarecer que os patrimônios são decorrentes das histórias construídas ao longo da sociedade, desta forma, a medida que estas eram construídas, sucessivamente construíram-se também seus patrimônios, que materializados, deveriam ser conservados para as gerações futuras. Diante disto, a autora esclarece que

A noção de patrimônio pressupunha uma consciência de historicização e de ruptura com o passado. Embora a pretensão fosse de preservar a continuidade do tempo percorrido, somente um sentimento de pertencimento a um novo tempo possibilitaria a formulação da noção de conservação de algo precioso e ameaçado.

Nesta perspectiva, entendemos a relevância de incluirmos a educação patrimonial e suas contribuições no campo acerca da difusão cultural e sua aplicabilidade/práticas. Não que seja necessário, a escolha de um ou outro, mas a fusão de ambas neste contexto, a fim de enriquecer as atividades e projetos, bem como, a garantia de proteção e conservação dos arquivos - a proporção que se trabalha a relação de pertencimento e responsabilidade da sociedade na construção e manutenção desta instituição - soma-se força para sua existência e contínua atuação através de seu reconhecimento. A contribuição das atividades nesta área, segundo Fratini (2009)

[...] auxiliariam na preservação do arquivo e, conseqüentemente, modificariam a concepção predominante que se tem dele e de seus documentos, admitindo-se que a grande maioria da população tem uma visão equivocada sobre arquivo, conhecido quase sempre como “arquivo morto”, sinônimo de um lugar muitas vezes “escabroso”, em que se guardam “papéis velhos” e sem utilidade, além de outras mitificações a respeito. Essas atividades contribuiriam diretamente para a formação de cidadãos conscientes da importância e da representatividade de um arquivo para um indivíduo e para uma sociedade, em termos políticos, jurídicos, históricos, culturais etc. (FRATINI, 2009, p. 5)

Cabe esclarecer, que a título de desenvolvimento deste trabalho, esta diferença na tratativa referente aos termos “difusão” e “educação patrimonial”, não serão citados com distinção, e sim, com equivalência, sendo utilizados respeitando a forma como o autor da bibliografia em questão, tenha decidido se apropriar.

Este contexto, de discussão e desenvolvimento da difusão/educação patrimonial nos arquivos, é definida por Vaz e Venâncio (2018, p. 8) como “a superação da visão tradicional do arquivo público, visto como um local de guarda e concebido para atender um grupo restrito de pessoas” que por conseguinte, contribui para o movimento de sua abertura para os horizontes “da dimensão social e cultural do arquivo” reforçando-o como um espaço público, “com a função de difundir todo o patrimônio cultural”. A partir de Fontana (1996, p. 31, tradução nossa), Vaz e Venâncio (2018, p. 8) apontam para a ligação incontestável entre

[...] patrimônio, consciência coletiva e processo de aprendizagem e, por sua vez, uma relação direta entre educação e patrimônio cultural. Este é o suporte didático básico para conseguir um ensino democrático que forme cidadãos livres e participativos. A longo prazo só se conserva aquilo que se valoriza, e só se valoriza o que se conhece e que é reconhecido como útil e, neste caso, como culturalmente útil.

Sendo assim, retoma-se e reforça-se, que é através desses recursos e atividades promovidas no âmbito dos arquivos, que o mesmo tornará visível sua função, ou seja, sua utilidade frente a sociedade, promovendo conseqüentemente, sua conservação (VAZ E VENÂNCIO, 2018).

Bellotto (2012, p. 8), corrobora neste sentido, ao apontar que tais ações, educativa e cultural, compõem o que estabeleceu como uso “prático” dos arquivos, ou como a autora mesmo particulariza, seu uso “popular”, que encontra-se diretamente ligado ao seu uso como

[...] instrumento de cidadania, seja nos aspectos dos direitos e dos deveres do homem comum, do povo em geral, seja nos aspectos desse mesmo segmento social, no que concerne à sua informação e participação sociocultural. Isso, no sentido da história do meio em que vive e atua, sendo que esse conhecimento até pode ser feito de uma forma lúdica e prazerosa, dentro das atividades culturais e educativas dos arquivos históricos.

Oportunamente, a autora vai além, quando aponta para “ação cultural contemporânea” determinando ser dever dos arquivos

[...] ajudar a formação de opinião. Podem explicar o sentido dos acontecimentos, voltando a situá-los no contexto psicológico dos períodos em que se produziram; enfatizam personalidades grandes e pequenas, célebres ou obscuras, que precipitaram ou participaram dos acontecimentos. [...]. Por essa ação educativa, os arquivos dão vida à história de ontem e de hoje. (BERCHE, 1980 apud BELLOTTO, 2012, p. 8)

Desta forma, a autora defende que do mesmo jeito que o cidadão recorre ao o arquivo para buscar informações acerca dos seus direitos, este mesmo interesse pode vir a surgir para fins culturais e educacionais (PRINCIPE, 1980 apud BELLOTTO, 2012, p. 9).

Nesta perspectiva, encontramos o depoimento de Barbosa e Silva (2012, p. 57), que ao discorrerem sobre as experiências do desenvolvimento de projetos no âmbito do Núcleo de Ação Educativa no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) declaram que

Por meio de atividades de caráter pedagógico e cultural, temos conseguido difundir a importância da instituição na preservação de parte de nossa história e divulgar as potencialidades do acervo, transformando o Arquivo em uma ferramenta a serviço e à disposição da sociedade.

O arquivo como ferramenta (BARBOSA E SILVA, 2012, p. 57) e instrumento (BELLOTTO, 2012, p. 8), utilizados como potencial educativo e cultural, caracteriza-se como solo inegavelmente colaborativo e fértil, para sementeação de tais sementes.

Diversos autores ressaltam a rica união entre escola e arquivo, no que tange sua colaboração no processo pedagógico, tanto no planejamento, quanto na obtenção dos resultados, visando contribuir de forma ativa na construção de novos conhecimentos, pensamento crítico e no reconhecimento do arquivo como espaço social e cultural, por parte dos alunos e da sociedade de forma geral. Por tanto, Cabral (2012, p. 38) reforça que

a fonte educativa propiciada pelo arquivo pode ser uma grande aliada no processo pedagógico das escolas, auxiliando no ensino de matérias como história, português, ciências, ao oferecer uma gama de documentos que fazem parte dos fundos dos arquivos.

Porém, cabe ressaltar que o pleno

[...] desenvolvimento de laços entre os arquivos e a educação não depende só da compreensão do papel que a educação deve exercer no mundo contemporâneo; são igualmente importantes: o reconhecimento do verdadeiro valor dos arquivos como fontes educativas e a vontade de transformar o valor educativo potencial dos arquivos em programas positivos e realistas (BARBOSA E SILVA, 2012, p. 58 apud BELLOTTO, 2007, p. 230-231).

A partir disto, Cabral (2012, p. 37) salienta que, o planejamento e desenvolvimento dessas ações “sejam sistematizadas e avaliadas constantemente e se façam ajustes e correções ao longo dos projetos, assim como adequações em relação aos objetivos que devem ser alcançados”. Prosseguindo, num outro momento,

a autora recomenda que esses projetos devem ser elaborados a partir dos planos curriculares

permitindo que tanto professores, como arquivistas planejem as atividades, ao longo do ano letivo, com exposições, aulas, oficinas e debates que visem aprofundar as informações recebidas pelos alunos. Assim, por meio destas atividades, eles podem participar como sujeitos ativos no processo de criação de conhecimentos. (CABRAL, 2012, p. 39)

Desta forma, Vaz e Venâncio (2018, p. 13) acrescentam que

O arquivista deve elaborar as atividades, selecionar material a ser trabalhado no contexto do arquivo, mas sempre com a participação do professor, que será o responsável por levar a atividade para dentro da sala de aula. A atividade desenvolvida durante a ação educativa não deve limitar-se ao cenário arquivístico, deve contribuir no processo de formação escolar do aluno.

Neste ensejo, o desenvolvimento da ação educativa no âmbito dos arquivos justifica-se, pois “somente por meio do contato do aluno com o documento” é que criam-se oportunidades de “vínculos com a história, com a memória e melhor conhecer as razões em se pensar sobre a conservação do patrimônio histórico e cultural” (VAZ E VENÂNCIO, 2018, p. 14).

Esta aproximação estabelecida a partir dos vínculos históricos, pode-se ser utilizada como meio de aplicação e ensino da história, proporcionando “a formação de cidadãos críticos e capazes de diferenciar informações verdadeiras e falsas” (VAZ E VENÂNCIO, 2018, p. 13). Aproveito esta contribuição apontada pelos autores, para acrescentar que, nunca se fez tão necessário o desenvolvimento de raciocínio crítico, dada a sociedade e o momento que vivemos. Esta capacidade, torna-se primordial, por exemplo, no filtro das notícias/informações recebidas, na curiosidade e presunção de pesquisar suas fontes e veracidade, e principalmente, na análise de candidatos e decisão do voto.

Desta forma, encontra-se na existência do arquivo e em seus documentos (fontes), a justificativa para abordagem e ensino da história, dada sua intrínseca ligação com a sociedade e sua construção.

[...] concebemos os arquivos como fonte privilegiada de conhecimento para o ensino, em particular o de história. A partir de fotografias, mapas, jornais, revistas, documentos manuscritos, entre outros, é possível ensinar história, ou construí-la, de maneira que o documento não represente uma mera ilustração, mas, sim, que ele suscite várias perguntas, e que respostas sejam construídas por meio de sua problematização. (BARBOSA E SILVA, 2012, p. 57)

Consonantemente, Vaz e Venâncio (2018, p. 9) discorrem sobre o objetivo

[...] As ações voltadas para o ensino de história buscam despertar no indivíduo competências e habilidades com objetivo de construir uma visão mais crítica em relação a sua própria história, leva o sujeito a aprender a buscar suas próprias respostas e a refletir sobre o que lhe é apresentado, indo além de um modelo educacional puramente fundamentado em livros didáticos.

Sua colaboração no ensino da história, bem como na formação de cidadãos mais críticos e produtores de conhecimento, e não meros receptores da história, é a essencial contribuição do arquivo x sociedade x futuro. É nos arquivos, e em seus documentos, fora da sala de aula e do ensino convencional da história nos livros didáticos, que os alunos terão a oportunidade de reconhecer que para além da história produzida no passado, eles também se tornam peça fundamental e produtora da história que está sendo construída no presente.

Ao fim desta seção, considera-se válido assim, que dois apontamentos sejam realizados, a cabo de sua relevância no contexto da difusão nos arquivos. Ressalta-se que tais apontamentos, não tem a intenção de serem desenvolvidos, ambos objetivam fornecer uma reflexão.

O primeiro ponto, trata-se da soma de forças e contribuições relevantes de outras áreas do conhecimento. Muita polêmica e resistência, ainda rodeiam a comunidade arquivística, com relação a esta união, principalmente biblioteca/ arquivo e museu/arquivo.

Diversos autores corroboram e reforçam que, a contribuição de tais áreas e de seus profissionais, tanto bibliograficamente, na produção e publicação de trabalhos e pesquisas, quanto na prática, em suas vivências e experiências, podem contribuir de forma norteadora ao arquivo e aos arquivistas. Ora, reconhecem-se as diferenças entre tais instituições, porém, em contrapartida deve-se reconhecer que, no âmbito dos arquivos o olhar para essas práticas ainda é recente, enquanto que para os museus e bibliotecas, existe a recorrência do desenvolvimento e implementação dessas práticas incluídas em suas políticas institucionais.

Desta forma, o segundo ponto trata da importância, construção e implementação de políticas institucionais, nos arquivos. Podemos afirmar, que toda proposta abordada no primeiro ponto, depende em suma, de uma efetiva política institucional. Será ela a determinar e promover que tais atividades, mesmo que já ligadas às funções e contexto arquivístico, ocorram de forma sistematizada na

instituição, compondo assim formalmente, o compromisso da mesma com seu papel na sociedade. Um dos exemplos que se pode observar é a estrutura institucional, que deve refletir o objetivo e preocupação com o desenvolvimento dessas ações (cultura e educativa). Desta forma, nota-se que arquivos que se preocupam e se comprometem com tais fins, com sua responsabilidade social, destinam em seu organograma setores específicos com função de desenvolver e implementar políticas e projetos voltados para o cidadão, com fins culturais e educacionais.

4.2 A INTERNET COMO FERRAMENTA DE DIFUSÃO

A internet tem sido um dos principais meios de comunicação e interação dos últimos tempos. Presente na cultura, dada sua influência e constante presença sobre as relações humanas, não há como se fugir ou negar que a mesma vem mudando a sociedade de diversas formas. Este comportamento também pode ser observado, no modo como busca-se ou pesquisa-se por informações e serviços. Tudo, atualmente, inicia-se pelo conteúdo disponível na internet. Desta forma, torna-se essencial afirmar que este novo espaço de "existência" também deve ser ocupado pelos arquivos.

Da sociologia à antropologia, da história à ciência da informação, diversos autores reconhecem que as sociedades modernas estão sob “choque informático”, ou seja, suas estruturas econômicas, sociais e culturais estão sendo profundamente alteradas com as novas tecnologias da informação. A crescente utilização desses recursos vem afetando hábitos, conhecimentos, competências, o universo cultural e mesmo a razão de ser dos indivíduos (JARDIM, 1992, p. 253)

A evolução das tecnologias da informação e comunicação, é abordado por Jardim (1992, p. 251) ao relatar que, nos anos 90, ocorreu uma grande mudança com relação ao desenvolvimento científico e a necessidade de novas tecnologias, nos países de primeiro mundo. Neste sentido o autor aponta que estaríamos vivendo uma “Segunda Revolução Industrial” que fora denominada “Era da informação, ideia consolidada ao longo dos últimos 30 anos a partir da constatação e das consequências sociais do fato de que jamais se produziu, se armazenou e se disseminou tanta informação como nas sociedades atuais”.

Jardim (1992, p. 253) aborda ainda, as consequências dessa urgente demanda e disponibilização informacional ligado a sociedade, onde cita que, dentre vários

autores das mais variadas áreas, é possível encontrar opiniões positivas e negativas, porém faz a ressalva de que

[...] as consequências daí decorrentes devem ser democraticamente controladas pela sociedade, considerando-se que as funções sociais das tecnologias da informação comprometem-nas com a promoção do atendimento às necessidades vitais da humanidade que, em grande parte, carece das mais elementares condições de existência. (JARDIM, 1992, p. 253)

Desta forma, Archer e Cianconi (2010, p. 61), identificam o *website* como o caminho a ser percorrido pelas instituições arquivísticas, sendo este, uma forma “de comunicação e de trocas das instituições com seus públicos e demais organizações, um espaço que anteriormente era visto como estático, um canal de via única de comunicação instituição-usuário”. As autoras relatam que, este contexto vem sendo modificado, principalmente no que tange a comunicação estabelecida com o usuário, possibilitada através do desenvolvimento de

[...] ferramentas interativas e colaborativas conhecidas como *web 2.0* ou mídias sociais, que possibilitam aos usuários dialogar e trocar informações, desde opiniões a arquivos, como: textos, fotos, vídeos, músicas, e etc. Com os recursos de colaboração, os canais de comunicação passam a ser de “muitos para muitos”, havendo diálogo entre o usuário e a instituição e entre os próprios usuários - que colaboram entre si. Esses recursos estão presentes em *blogs*, redes sociais como *Orkut* e *Facebook*, em mensagens instantâneas em *wikis* e em *sites* de compartilhamento de arquivos como *YouTube* e *Flickr*. (ARCHER E CIANCONI, 2010, p. 61)

Sendo assim, se antes este contexto era marcado por uma traço linear onde a informação saia apenas da instituição para o usuário, com o uso desses novos recursos tecnológicos, esta “ordem” informacional altera-se, sendo o usuário também produtor das informações disponibilizadas, no que concerne sua contribuição sobre os conhecimentos produzidos e divulgados. A oportunidade do usuário tornar-se contribuidor, e não apenas receptor, é o que caracteriza este contexto. Conseqüentemente, essas mudanças na sociedade irão causar também mudanças frente ao modo como as instituições arquivísticas cumprem seu papel de

disponibilizar acesso eficiente às informações contidas em seus acervos e atender as demandas de usuários. Esses novos recursos na web instigam mudanças nas perspectivas e práticas das instituições arquivísticas além de trazerem alternativas para a disseminação da informação. (ARCHER E CIANCONI, 2010, p. 61)

Neste mesmo sentido Jardim (1992) esclarece que

Os profissionais da informação terão que reavaliar as teorias e os princípios sobre os quais as instituições de documentação têm operado. Esse processo de adaptação afeta diversos aspectos, como por exemplo as áreas física, intelectual, organizacional e o perfil profissional das instituições de informação. (JARDIM, 1992, p. 253)

Portanto, assim como em outros momentos de mudanças na sociedade, mais uma vez os arquivos necessitam através de suas atuações e funções acompanhar as novas formas quanto a solicitação de informações e os serviços que serão oferecidos. Frente a esta nova realidade que lhe é colocada através dos usuários e do desenvolvimento e uso de novas tecnologias e seus recursos, a cultura contemporânea

[...] muda a concepção das instituições arquivísticas em vários aspectos. Neste novo cenário os usuários figuram ativamente, sendo necessário que seja reconhecida a pluralidade de suas necessidades de informação, analisadas com uma abordagem flexível capaz de responder às demandas. (OLIVEIRA, 2006, p. 7 apud ARCHER E CIANCONI, 2010, p. 62)

Neste contexto de atuação, cabe aos arquivos o conhecimento e adoção das ferramentas disponibilizadas pela *web 2.0* em seus *sites*, visto as mudanças e exigências informacionais advindas da sociedade, o uso dessas tecnologias pelos usuários e seu papel histórico de acompanhar tal contexto.

4.3 WEB 2.0 E SUAS FERRAMENTAS

Disponibilizar suas funções e serviços oferecidos como instituição arquivística na web, vai além da decisão e vontade de acompanhar as mudanças informacionais. As instituições devem ter em mente que, os serviços oferecidos costumeiramente de forma presencial, necessitam ser adaptados à realidade on-line, levando em conta a realidade institucional e as necessidades apresentadas pelos usuários.

A internet possui diversas ferramentas *on-line* que podem contribuir para o melhor atendimento e aumento do número de usuários, proporcionando uma maior visibilidade institucional aos arquivos, renovando-os e adequando sua missão à nova realidade das redes. De acordo com Jardim (2002, apud MARIZ, 2005) a produção e gestão de um *website* torna-se objeto de uma das estratégias potencialmente mais eficazes de difusão dos arquivos, favorecendo a diferentes tipos de usuários, ao acesso às informações sobre a instituição, sobre seus serviços e acervo. (ARCHER E CIANCONI, 2010, p. 63)

Sendo assim, uma divisão acerca das ferramentas disponíveis levando em conta seu tempo e necessidades específicas é delimitado por Archer e Cianconi (2010). Na web 2.0, marcado pela troca, compartilhamento e produção do conhecimento no âmbito e uso das mídias sociais, suas contribuições também podem ser incorporadas a sites de arquivos. Alguns deles, segundo Archer e Cianconi (2010):

Microblogging - surgiu em 2006, e tem sido popularizado por seu pioneiro: o Twitter, que é uma rede social que permite aos usuários o envio e a leitura de atualizações pessoais através da própria web ou por SMS (mensagens instantâneas recebidas através do celular). [...]. As atualizações são exibidas em tempo real no perfil do usuário, que é a página Twitter pessoal onde o usuário digita seus tweets e vê os comentários e post de seus seguidores, ou seja, usuários do Twitter que optam em ter um link direto para Twitters de terceiros [...]. As instituições vem usando o Twitter para comunicação rápida e divulgação de novidades aos usuários.

RSS – é a sigla em inglês para Rich Site Summary ou Really Simple Syndication, que é uma forma simplificada de informar ao usuário que uma página web foi atualizada, um recurso que permite aos usuários se inscreverem em sites que fornecem feeds. RSS são ferramentas de agregação de conteúdo (feeds), que correspondem aos endereços eletrônicos que são relacionados à ferramenta de leitura usada pelo usuário. [...] . Os usuários podem permanecer informados sobre as atualizações nos sites escolhidos, sem precisar visitá-los. As organizações vêm fazendo uso deste recurso para enviar notícias e alertas a seus clientes e/ou usuários, sendo aplicável às instituições arquivísticas.

Wiki – criado em 1995, é um tipo de site no qual os usuários tem a permissão de gerar, gerenciar e disseminar conteúdo. É como uma coleção livre e expansível de páginas web interligadas por um sistema de hipertexto, que permite criar, e modificar os conteúdos, com facilidade através do navegador (browser). Um diferencial do wiki é o fato do conteúdo pode ser editado e atualizado pelos usuários a qualquer momento, sem a necessidade de autorização do autor da versão anterior (BLATTMANN; SILVA, 2007, p. 202). É um sistema que permite correção de erros e inserção de novas informações em um ambiente onde não há um autor proprietário do texto, e sim uma produção de conteúdos participativa e colaborativa. Nas instituições arquivísticas, os wiki podem atuar, por exemplo, na geração colaborativa de conteúdo de interesse dos usuários.

Etiquetas (Tags) - recurso utilizado pelos usuários para classificação de conteúdo na web. São palavras-chaves consideradas relevantes associadas a uma informação, permitindo uma indexação de assuntos com tags atribuídas pelos usuários. São escolhidas informalmente e com critério pessoal do usuário-autor do item de conteúdo, não constituindo um esquema formal de indexação. Permitem que o usuário organize a informação através de sua própria visão, descentralizadamente, em contraste com uma taxonomia elaborada pelos gestores de conteúdo, de forma centralizada. Esta ferramenta possui um recurso agregador, que agrupa conteúdos marcados com as mesmas tags por diferentes usuários, criando uma classificação coletiva, de forma tal que as tags mais utilizadas se destacam, seja pelo tamanho da fonte na chamada “nuvem de tags” seja pelo indicativo numérico de quantas vezes cada tag foi associada a um documento ou à página em questão.

Marcadores de Favoritos (Social Bookmarking) - também conhecido como favoritos compartilhados, é uma ferramenta capaz de armazenar, classificar, compartilhar e pesquisar links que apontam para endereços de websites. Ao invés de armazenar links no computador do usuário, este recurso permite este armazenamento em um servidor remoto. São utilizadas etiquetas (tags) para a classificação dos links, que podem ser visualizados por outros usuários.

Redes Sociais - permitem aos usuários fazerem links para pessoas que eles conheçam, podendo compartilhar informações com essas pessoas. Os usuários compartilham informações, fotos e podem utilizar o sistema público ou privado para enviar mensagens uns aos outros. Exemplos populares dessa ferramenta são: Facebook, MySpace, LinkedIn e Orkut. Estes serviços estão sendo utilizados também por instituições como um ambiente de contato com seus usuários, criando e administrando comunidades, que são ambientes onde é possível debater através de fóruns, fazer enquetes com seus usuários, enfim, interagir com eles, estar ciente de suas insatisfações e sugestões.

Mashups - são recursos combinados, possibilitando que partes da tecnologia de um programa sejam utilizadas em outros, constituindo assim um novo recurso.

Flickr - um site que permite o compartilhamento de documentos gráficos (desenhos, fotografias, etc). Permite aos usuários a criação de álbuns para armazenamento de fotografias e utiliza o sistema de categorização por meio de etiquetas (tags).

YouTube - um site que permite o carregamento e o compartilhamento de vídeos em formato digital. Hospeda uma grande variedade de filmes, vídeos e materiais caseiros e/ou profissionais. O material encontrado no YouTube pode ser disponibilizado em blogs e sites, através de mecanismos que permitem “embutir” os conteúdos de um site em outro. Estes mecanismos podem ser utilizados por instituições e empresas a fim de divulgar seus serviços, eventos, etc.

Estas ferramentas marcam o atual contexto da sociedade, na forma como se relacionam e buscam por informações. Porém, anterior a este cenário, encontramos as ferramentas utilizadas na web 1.0, valendo assim citá-las, considerando que ainda são utilizadas e desta forma, devem estar presentes e serem oferecidas pelos arquivos aos usuários, que optarem por tal. Sendo assim, de acordo com Archer e Cianconi (2010, p. 63), alguns exemplos dessas ferramentas são: Correios eletrônico (*e-mail*), mensagens instantâneas, questões frequentes (FAQ's) e videoconferência.

A forma como estas ferramentas contribuem para as funções e atividades desenvolvidas e direcionadas aos usuários deve ser levado em conta, visando que as mesmas tem objetivo de oferecer frente às demandas institucionais, eficiência aos serviços oferecidos. Desta forma, tanto os profissionais da informação, quanto os gestores, devem ter ciência quanto às funções do arquivo, bem como, de que forma

cumpri-las e dispô-las. Quais informações devem estar presentes nos sites de instituições arquivísticas, a fim de apresentar ao usuário uma boa experiência tanto na navegação, quanto nas respostas que procura?

O website de uma instituição arquivística deve ser visto como um instrumento de prestação de serviços – dinâmico e atualizável – e não simplesmente como a reprodução de um folder institucional. Trata-se, na verdade, de um espaço virtual de comunicação com os diferentes tipos de usuários da instituição a ser gerenciado como parte da política de informação da instituição. Dado o potencial e as características da Internet, este espaço, além de redefinir as formas de relacionamento com os usuários tradicionais, poderá atrair outros que, por várias razões, difícil ou raramente procurariam o Arquivo como realidade.

Neste sentido, Archer e Cianconi (2010, p. 68), utiliza-se das contribuições de Amaral (2005), que propôs funções a serem implementadas e observadas nos sites arquivísticos, sendo elas:

Função informacional – informações sobre a instituição, sua história, missão, localização etc.

Função referencial – apresentação ao usuário das ferramentas que auxiliem na navegação, tais como ferramentas de busca para o conteúdo do site, links para sites de outros arquivos e para publicações eletrônicas de interesse da área.

Função pesquisa – presença de recursos que auxiliem o usuário em sua busca, como bancos de dados com informações descritivas do acervo, bases de imagem dos documentos, listagens dos serviços oferecidos.

Função instrucional – recursos para instruir e guiar o usuário no uso do site ou do arquivo, tais como perguntas frequentes (FAQs), instruções sobre a consulta às bases de dados, mapa do site.

Função comunicação – canais para contato com o usuário: números de telefone, cadastro para mala-direta, pesquisa de opinião sobre o site, mensagens instantâneas, vídeos ou links para vídeos sobre o acervo e/ou arquivo.

Função colaboração – utilização de recursos das mídias sociais (web 2.0) nos sites visando possibilitar a participação e colaboração dos usuários, seja incluindo comentários, links e textos em blogs ou wikis, seja utilizando recursos de sites externos para visualização, inclusão, comentários e votação de fotos, vídeos, seja marcando sites favoritos, seja assinando feeds RSS para receber informações sobre atualização das páginas desejadas, ou ainda acrescentando etiquetas (tags).

Ainda sobre a eficiência dos websites arquivísticos, e facilidade na navegação dos usuários, o CONARQ (Conselho Nacional de Arquivos) lança a resolução nº 13 de 2001, que dispõe sobre a implementação de uma política municipal de arquivos, sobre a construção de arquivos e websites de instituições arquivísticas. Um ano antes,

esta mesma entidade tomou a iniciativa de reunir algumas diretrizes gerais visando contribuir para as recomendações ocorridas na Mesa Nacional de Arquivos em julho de 1999.

Neste sentido, alguns dos aspectos gerais referentes à estrutura dos conteúdos levantados pela pesquisa, faz-se necessário serem citados:

- informações sobre os objetivos do website;
- informações sobre a instituição: histórico, competências, estrutura organizacional, programas de trabalho, quadros diretores (e-mails e telefones), endereço físico da instituição e formas de acesso;
- informações sobre os serviços prestados via web, por correspondência ou no local;
- adequação da linguagem utilizada, evitando-se termos técnicos pouco conhecidos;
- Informações sobre a existência de conteúdo do website (relatórios, manuais, normas, imagens etc.) em documentos impressos (e, nesse caso, como tais documentos podem ser obtidos);
- informações sobre programas, planos, projetos e relatório anual da instituição (possibilitando o download, conforme critérios da instituição);

A partir da abordagem das autoras Archer e Cianconi (2010) e da publicação do CONARQ, incitou-se a necessidade de observar e analisar como as instituições arquivísticas estão desenvolvendo seus websites. Para isto, elaborou-se um questionário, com a finalidade de nortear os levantamentos e observações a serem registradas. A formulação das questões, não mantiveram-se estáticas quanto as funções abordadas Archer e Cianconi (2010) ou ao levantamento dos aspectos gerais apontados pelo CONARQ, mas unindo tais contribuições, elaborar questões que contempla-se esta nova realidade colocada aos arquivos x as atuações desenvolvidas e presentes em seus websites, para atendimento deste novo tempo.

As instituições e seus websites escolhidos para esta proposta, foram:

- Arquivo Público do Estado de São Paulo - APESP
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/>
- Arquivo Público do Espírito Santo - APEES
<https://ape.es.gov.br/>
- Arquivo Público Mineiro - APM
<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>

Antes que seja apresentado o questionário com as devidas observações e informações levantadas a partir dos websites destas instituições arquivísticas, uma breve contextualização histórica acerca desses arquivos, será desenvolvida a seguir.

4.3.1 - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Em 18 de julho de 1908 foi criado o "Archivo Público Espírito-Santense" pelo decreto pelo nº 135, anexo à Biblioteca Pública. No mesmo ano, em 02 de dezembro foi regulamentado pela lei nº 559 e subordinado à Secretaria Geral do Governo. O acervo neste momento era dividido em quatro ordens: 1ª Legislativa e Administrativa; 2ª Judiciária; 3ª História e Geografia e 4ª Literária e Artística. Somente em fevereiro do ano seguinte, tem o seu primeiro diretor Henrique Alves de Cerqueira Lima que lidaria e organizaria a documentação do acervo. Em 05 de Março de 1910, pelo decreto nº 583 o Arquivo passa para a Diretoria do Interior e Justiça, e atuaria em conjunto com a Biblioteca Pública, permanecendo até o ano de 1979.

Ao longo dos anos do século XX a instituição passou por diversas transformações internas, no que se refere à constituição do seu corpo de funcionários e a gestão. O seu acervo ganha espaço no que diz respeito aos diversos tipos, espécies e suportes documentais. Entretanto, há perdas de documentos importantes para o Arquivo, decorrente de enchentes. Com o decorrer dos anos e a falta de manutenção o prédio que o Arquivo Público do Espírito Santo está inserido têm diversos danos estruturais, necessitando assim, de uma reforma urgente nas estruturas do edifício. No ano de 1983, o Arquivo Público é tombado como Patrimônio Histórico e Artístico Estadual pelo Conselho Estadual de Cultura.

Durante o século XXI o APEES buscou mais interação com o público, ou seja, aos capixabas com visitas técnicas ao acervo e também a divulgação do seu acervo por meio de meios digitais. Ao longo do início do século buscou-se também estabelecer sociedades e parcerias com outras instituições, para a divulgação dos documentos que compõem o Arquivo. As publicações não foram deixadas de lado, mais tiveram maiores proporções nas esferas qualitativas e quantitativas. Com essa interação entre usuário e arquivo, e divulgação em meios digitais do acervo pode-se

dizer que ocorreu maior visibilidade do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, na esfera estadual e nacional.

4.3.2 - ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

O Arquivo Público Mineiro (APM) tem como função realizar a gestão de documentos, isso diz respeito ações arquivísticas como recolhimento, organização e preservação de documentos. Os arquivos que constituem o APM são do Poder Executivo de Minas Gerais e dos arquivos privados — estes para serem recolhidos devem ser de interesse público e social para o APM.

O APM foi criado em 11 de julho de 1895 pela lei nº 126. Também no ano de 1895, José Pedro Xavier da Veiga foi nomeado diretor da instituição — pioneiro em constituir e organizar o Arquivo; como foi criada a Revista do Arquivo Público Mineiro que ainda está sendo mantida atualmente.

No ano de 1901, o Arquivo Público Mineiro foi transferido de Ouro Preto para Cidade de Minas — atualmente conhecida como Belo Horizonte. Ao longo dos anos o APM foi subordinado à Secretaria do Interior, Secretaria de Educação e à Secretaria de Governo, porém desde 1983 está inserido à Secretaria de Estado e Cultura.

O APM está localizado na Av. João Pinheiro e tem o horário de atendimento de segunda à sexta-feira das 9h às 17h. A instituição tem a estrutura física de uma casa que foi construída em 1897 pela Comissão Construtora da Nova Capital, que tinha como objetivo ser residência do secretário de finanças. Assim, no ano de 1938, essa casa que era ocupada pela Prefeitura de Belo Horizonte, passou a ser sede do APM.

No ano de 2011, com a Lei 19.420 o Estado de Minas Gerais passou a ter uma lei específica de arquivos. Na lei é descrita uma série de recomendações que ficam a critério das instituições tomarem medidas arquivísticas de interesse público e social. Assim, o APM tem sob responsabilidade a implementação e o acompanhamento da política de arquivos no Poder Executivo do Estado de Minas Gerais.

O APM é constituído por documentos em diversos suportes manuscritos, impressos, mapas, plantas, fotografias, gravuras, filmes, livros, folhetos e periódicos. Estes documentos são de origem pública no que se refere à Administração Pública do Estado de Minas Gerais, o período dos documentos é do século XVIII até o século XXI. O Arquivo também possui uma biblioteca especializada em história de Minas

Gerais e arquivologia, como também uma coleção de obras raras — entre o século XVI e XX.

4.3.3 - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

O Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) foi criado na esfera da Secretaria de Interior, nesse momento era chamado de Repartição de Estatística e do Arquivo do Estado e é instituído pelo Decreto nº 30, 10 de março de 1982. Assim, durante o século XIX foi lançado o primeiro exemplar dos documentos que constituem o Arquivo e é acrescentado ao seu acervo um grande número de documentos do período colonial e imperial.

Ao longo do século XX, o APESP passou por diversas transferências físicas até ter sua própria sede em 1997. Com essas mudanças ao arquivo são acrescentados diversos documentos, por exemplo, acervos pessoais e institucionais de valor histórico para a sociedade. Ocorreram também mudanças na gestão, ou seja, transferência de responsabilidade da instituição para mais de uma secretária. Há outras ações arquivísticas relevantes para o APESP como: a criação do cargo de restaurador (1931); primeiro curso de Paleografia (1952); e a criação da Revista Histórica que tem sua primeira edição em (2000).

Apesar do século XXI ainda está em decorrência e termos vivenciado um curto período de tempo, o APESP teve diversas mudanças significativas e benéficas. Em resumo no ano de 2003 organizou o 1º Encontro Paulista sobre Gestão Documental Pública; em 2004 surgiram dois decretos o de número 48.897, que definiu critérios para a gestão documental e o de número 48.898, que aprovou o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade dos Documentos das Atividades-Meio para a Administração Estadual, dois marcos arquivísticos para o APESP; em 2006 a Unidade com dois departamentos que são: o Departamento Técnico de Gestão do Sistema de Arquivos e o Departamento de Preservação e Difusão da Memória; já em 2007 o Arquivo Público é transferido da Secretaria da Cultura para a Casa Civil e a instituição passa por uma grande reorganização de sua estrutura, com a criação de novos Centros e Núcleos; no ano de 2008 o APESP torna-se responsável pela guarda do acervo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; em 2009 ocorre o primeiro concurso público; no ano de 2010 é criado o Comitê Gestor SPdoc, o APESP recolhe

cerca de 7 mil processos judiciais dos séculos XVIII e XIX; no ano de 2010 ganha o seu próprio edifício destinado e projeto para o APESP; e por fim em 2013 é inaugurado o saguão para a Central de Atendimento ao Cidadão (CAC).

4.4 - ANÁLISE DOS SITES INSTITUCIONAIS

- Os sites possuem ferramentas de web 2.0? E quais são?

Dentre os sites avaliados, todos encontram-se ativamente presentes nas redes sociais. constatou-se que o APESP é o que possui mais ferramentas como estas disponíveis, estando os ícones do Facebook, Instagram, Youtube, Twitter e Flickr, fixados do lado direito da página. Na página do APEES, os ícones das redes sociais Facebook, Instagram e Youtube, estão disponíveis no rodapé do site. Ao lado esquerdo da página, encontra-se em forma de destaque o post mais recente publicado no Facebook. Já o site do APM, em nenhum local informa ou divulga conter perfil em redes sociais como Facebook e Instagram, porém, ao pesquisar o nome da instituição no Google, identifica-se através dos resultados que a instituição contém perfil em ambas as redes sociais. Observa-se também, que a mesma é mais presente no Facebook, do que no Instagram.

- Possui atualizações recentes no site?

Tanto o site do APEES, quanto do APESP, possui destaque "notícias". Na primeira instituição, matérias de cunho cultural relacionadas à cidade, são publicadas na página da instituição, e divulgadas neste espaço aos usuários. Na segunda, as notícias compartilhadas estão relacionadas às ações e serviços que o arquivo realiza, voltada pro cunho administrativo. Através das datas, indicadas em suas matérias e até mesmo nas orientações quanto às solicitações de serviços e atendimentos em meio a pandemia do novo Covid 19, confirmam que ambos os sites são atualizados com frequência. Já o site do APM, não foi encontrado meios de identificação, como data, que levasse a concluir que seus conteúdos encontram-se atualizados.

- Realiza campanhas de difusão no sentido de divulgar a importância dos arquivos?

APEES, em suas redes sociais, utiliza fotos do seu acervo para compor e publicar posts que incitem a participação dos usuários. Ruas da cidade no passado, referenciando sua localização, como são ou foram nomeadas; prédios antigos de importante reconhecimento como bancos, sede da prefeitura, dentre outros; comemorações ou datas importantes e históricas do calendário, como o dia do radialista ou a Ditadura de 64. Esta ação, demonstra que seu acervo é riquíssimo em história, composta por registros das cidades, do estado, e do Brasil, e que este pode ser utilizado de variadas formas, além de despertar o interesse que usuários venham solicitar pesquisas em seus acervos, para fins culturais, acadêmicos ou educacionais. Outros pontos quanto a difusão, também podem ser observados como por exemplo, a “Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo”, de periodicidade trimestral a revista produzida e publicada no site APEES, encontra-se disponível para download dos usuários. Uma aba nomeada como “mediação cultural” abarca atividades como exposições e eventos, tanto disponíveis em seu site, quanto em outras instituições.

O APM, em suas redes sociais, trabalha da mesma forma como citado anteriormente, com a produção de posts utilizando fotos antigas de seu acervo. Algumas de suas publicações tratam de histórias da cidade, de seus moradores, de datas comemorativas e históricas do calendário, e de figuras políticas importantes no desenvolvimento e atuação do estado de Minas Gerais, como Darcy Ribeiro. Eventos on-line com a temática dos arquivos, também foram observados em seu feed. Em seu site, o mesmo disponibiliza uma lista de projetos de pesquisa, com breves resumos explicitando do que trata e qual sua contribuição para o desenvolvimento do mesmo. Na aba principal nomeada como “biblioteca” encontra-se disponível para acesso a “Revista do Arquivo Mineiro”. Observou-se que, a publicação alternava sua periodicidade entre semestralmente ou anualmente, e desde 2015, suas edições disponíveis no site não são atualizadas.

O APESP, em suas redes sociais, não apresenta uma realidade diferente do que fora citado acima, nas duas outras instituições. Os posts nas redes sociais deste arquivo, valem-se dos documentos de seu acervo, que são utilizados nos mais variados assuntos, que se fizer pertinente, como por exemplo, as datas comemorativas e histórica do calendário, como já foi citado. Um dos pontos que difere

do contexto das redes sociais dos outros arquivos, foi o uso deste espaço para promover e divulgar outros trabalhos produzidos pelo arquivo. Dois exemplos podem ser dados, posts que anunciavam a publicação de um novo vídeo no canal da instituição, e o segundo, divulgava que no site institucional havia disponível para acesso, normas técnicas da área. Inicialmente, esta prática pode parecer sem importância, mas este link de compartilhamentos, e a autopromoção para suas outras redes sociais e aos materiais disponíveis para acesso no site, torna-se uma importante ação, rumo a difusão. No site, o APESP apresenta um folder nomeado de “conheça o arquivo”, clicando nele o usuário tem acesso a uma cartela de atividades que promovem a difusão do arquivo e de seu site, como “agende uma visita gratuita” com opções para o público geral, especializado e infanto-juvenil; “participe de nossos eventos e capacitações” onde encontra-se agenda de eventos como seminários, cursos, oficinas, palestras, dentre outros; “visite nossas exposições” que apresenta ao usuário, a opção de exposições virtuais, onde as mais antigas entre 2009 e 2014, contam com material de apoio a atividades pedagógicas, a partir da utilização de documentos do acervo; “leia nossa revista” possibilita ao usuário acessar e fazer download de umas das edições da Revista do Arquivo, uma revista com periodicidade semestral produzida pelo APESP.

- Possui link de informação ao cidadão (SIC) e perguntas frequentes (FAQ)?

Todos os sites disponibilizam o SIC e o FAQ. No APEES, o SIC está localizado na aba nomeada como “acesso à informação”. Ao clicar, o cidadão é direcionado para a página da Ouvidora-Geral do Espírito Santo. O FAQ encontra-se nomeado como “perguntas frequentes”, e está localizado dentro da aba “contato”. No site do APESP, o SIC encontra-se na aba “institucional”. Ao clicar neste serviço, o usuário é direcionado à uma página que lhe orienta sobre o que é e objetivo deste serviço, informando que o caminho para a solicitação que deseja deve ser realizado através do sistema SIC.SP (Sistema Integrado de Informação ao Cidadão). O FAQ, nomeado como “dúvidas frequentes”, encontra-se dentro da aba principal “fale conosco”. No APM, não foi localizado o serviço de SIC, já o FAQ, é nomeado como “ajuda”, e ganha destaque como uma das abas principais.

- Possui missão, valores e objetivos?

Duas das três instituições, possuem estas informações em seus sites. O APEES apresenta na aba principal nomeada como “institucional”, sua missão e valores, e nomeia como “competências” os objetivos. No site da APESP, essas informações estão localizadas dentro da aba principal nomeada como “institucional”. No site da APM, não foram encontradas tais informações.

- O instrumento de pesquisa apenas cita/descreve o documento ou o disponibiliza para o usuário?

Todos os sites apresentam além das descrições dos documentos custodiados, a disponibilização dos mesmos digitalizados para acesso do usuário. Alguns fundos são identificados com a informação “em tratamento” apresentando uma breve descrição sobre sua história, como no instrumento de pesquisa do APESP.

- Cumpre os requisitos da Lei de Acesso à Informação (Artigo 8, parágrafo 3)?

De forma pormenorizada, é possível notar, que todos os sites arquivísticos institucionais utilizados na análise, se preocupam com as regulamentações contidas neste artigo e parágrafo. As formas de contato, como endereço, telefone e e-mail, encontram-se disponíveis, como expõe o inciso VII. A consulta aos acervos destas instituições pode ser realizada sem grandes dificuldades, pois ambos apresentam este serviço de forma clara, exposto no inciso I. Como abordado no inciso II, foi constatado que apenas o APEES e o APESP, disponibilizam relatórios de gestão para acompanhamento e ciência dos resultados obtidos nas funções e atividades que as instituições desenvolvem. No inciso IV, quanto à atualização das informações de contato disponíveis, observou-se que APM não incluiu em seu site, esclarecimentos quanto à atividade de atendimento ao usuário durante a pandemia, em meio às restrições de isolamento social e serviços.

4.4.1 CONSIDERAÇÕES DA ANÁLISE

Os pontos abordados, a partir da análise realizada nos sites dos Arquivos Públicos do APEES, APM e APESP levantam importantes realidades, quanto ao desenvolvimento da difusão no contexto dos arquivos.

Percebe-se, que estas instituições caminham e utilizam-se de ferramentas da web 2.0 para o desenvolvimento da difusão, com a finalidade de tomar mais espaços para seu reconhecimento como instituição que produz conhecimento e encontra-se presente nos espaços ocupados e utilizados pela sociedade.

Visto isso, percebe-se que muitos usuários, mesmo antes de acessar os sites dessas instituições, pesquisam e seguem as mesmas em suas redes sociais. Porém, o que pode ser percebido, é que em alguns casos, esses novos ambientes de socialização e compartilhamento, limitam-se apenas a posts que utilizam imagens dos documentos custodiados por estas instituições. Poucas ações, para além disto, foram observadas.

Neste contexto, o APESP, foi o que mais demonstrou através de suas publicações em suas redes sociais, um uso multifacetado. Utiliza-se das imagens dos documentos contidos em seu acervo, mas também através de suas publicações, convida que o usuário tome ciência das publicações presentes em seu site e compartilha atualizações de vídeos publicados em sua conta no Youtube, incentivando assim, que os usuários que não conheçam suas outras redes sociais, bem como seu site, tenham interesse em visitar e consumir o conteúdo ali registrado.

Números são importantes, e as redes sociais associadas a visibilidade e desta forma, a difusão, podem ser um precioso caminho a ser seguido. Porém, o que também se observou é que muitas focam-se nos ambientes das redes sociais, e os sites institucionais destes arquivos, encontram-se desatualizados. Foi possível notar isso, no APM, onde não foi possível constatar datas que comprovem quando foi a última atualização que realizada naquele espaço, enquanto que em seu Facebook, anunciaram recentemente uma palestra que aconteceria para os profissionais de arquivo. Inclusive, não foi possível identificar em site, se o mesmo vinha desenvolvendo ou continha de forma fixa, ações aplicadas aos seus usuários. Estas atividades foram possíveis de ser notadas nos dois outros arquivos através das abas de serviços disponibilizados por ambos, em seu site. No APEES, apresenta as abas

“mediação cultural” e “ações e projetos” e o APESP possui destaques fixos nomeados como “venha visitar nosso arquivo”, “eventos, capacitações e exposições”.

Neste mesmo contexto, torna-se necessário salientar o quanto torna-se importante estes sites disponibilizam de forma clara, os serviços e ações que desenvolvem em suas instituições. Estas atividades, dão sentido para os documentos custodiados pelas mesmas, a partir da exploração de suas potencialidades de uso, e conseqüentemente o arquivo, quanto ao reconhecimento de sua existência, atuação e importância. Seu espaço, e seus documentos, precisam ser entendidos como bem público, disponível para uso e produção de novos conhecimentos e descobertas.

Por último, vale a proposta para as instituições e seus sites utilizados neste trabalho, que viabilizem através de suas páginas e redes sociais, o desenvolvimento de ações culturais e ações educativas, de forma lúdica. Alguns movimentos registrados nesses sites, levaram a compreensão de que estes espaços tinham como um de seus serviços, o desenvolvimento dessas ações, como a possibilidade e abertura do arquivo para visitas escolares e a produção de materiais pedagógicos para o ensino da história. Porém, a sugestão a que se refere, trata-se do desenvolvimento de jogos e atividades lúdicas, neste espaço que encontram-se os arquivos na internet, através de seus websites.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da abordagem histórica dos arquivos, nos períodos da Antiguidade Oriental, Idade Média, Idade Moderna, e Idade Contemporânea, tornou-se perceptível as inúmeras mudanças ocorridas no que hoje conhecemos como arquivo. Sua formação e construção, encontra-se totalmente amparada sobre as transformações ocorridas na sociedade, e desta forma, suas funções e atividades exercidas, moldam-se a partir destas ocorrências.

Aos períodos que se referem à contextualização do arquivo, além de possibilitar o esclarecimento quanto às suas atuações e funções, também torna-se fonte de compreensão sobre como estas instituições eram vistas e reconhecidas em dada sociedade. Entender o período, o momento e a forma como a sociedade vive e suas necessidades, é também entender o arquivo, ou, fazê-lo adaptar-se quando necessário.

A importância do arquivo e de seu profissional perpassa pelas formas como estes atuam e servem a sociedade em que encontram-se. A consciência quanto às suas responsabilidades, bem como, quanto ao tempo que atuam, deve ser um dos principais nortes do profissional e da instituição.

Visto pelo ângulo da sociedade, o arquivo é considerado muitas vezes um espaço onde pressupõe-se que não seja permitido frequentar, ou que, não haja nada que possa despertar o interesse e vontade de visitá-lo/conhecê-lo. Esta impressão, torna-se consequência do afastamento do usuário, que não reconhece naquela instituição, ligação alguma de pertencimento. É dado, que só preserva-se aquilo que representa valor, seja social, histórico, econômico, dentre outros, sendo assim, a medida que o arquivo afasta-se do caminho de mostrar-se valioso à sociedade, corre sérios riscos.

É necessário sempre se pensar em arquivo como algo que deve acompanhar seu tempo, e a sociedade que “vive”. O arquivo, não deve ser algo tido como obsoleto e responsável pela guarda de papéis velhos, sem serventia. A existência de uma instituição que não se atualiza, está fadada ao esquecimento e desvalorização. Faz-se necessário colocar-se e posicionar-se frente às demandas da sociedade. Faz-se necessário, principalmente, manter-se à frente das demandas, prevendo-as. Manter-

se participativo nos mais variados cenários que o arquivo pode e deve de forma ativa, ser fundamental, contribuir, produzir e de forma positiva, tomar estes espaços.

Desta forma, para além das funções principais de recolhimento, tratamento e custódia dos documentos produzidos em atos governamentais, o arquivo deve voltar sua atenção para a sociedade, e fazer de sua função considerada secundária, de cunho social, sua ferramenta de promoção quanto a sua visibilidade em meio a sociedade. Através da difusão, à medida que o arquivo desenvolve a ação cultural e a ação educativa, cumpre com sua função e papel com a sociedade, e conseqüentemente, contribui para o reconhecimento, importância e consciência de sua preservação. Uma relação e via de mão dupla.

Sendo assim, reconhece-se quão fundamental torna-se o desenvolvimento desta função, que dada tamanha contribuição, deveria ser encarada pelos arquivos no mesmo nível de prioridade, que suas funções relacionadas a documentação custodiada.

Para além da garantia de sua visibilidade e preservação, o desenvolvimento de tais ações deveriam compor as práticas e atuações dos arquivos, à medida que seu próprio contexto natural, dada a sua construção e a produção dos documentos de arquivo, já são potencializadores para ricas atividades, nos mais variados âmbitos da sociedade.

A atuação do arquivo no espaço escolar, é uma das práticas que mais trazem contribuições positivas, quanto ao processo de ensino e crescimento dos alunos. A partir dos planejamentos curriculares, o arquivista e os professores trabalham no desenvolvimento de atividades, que podem ser realizadas no espaço do arquivo, através dos documentos custodiados. O conhecimento para além da sala de aula, e do livro didático, a partir de situações e contextos reais, torna-se um dos maiores ganhos da união do arquivo e dos arquivistas, justamente da escola e dos professores.

Neste caminho, como anteriormente citado, o arquivo quando encarado como lugar não atrativo à visitaçã ou não reconhecido como possibilitador de acesso a seus espaços, deve, a partir de seu contexto e respeitando as diferenças quanto a função destas instituições, unir forças e buscar apoio de quem a mais tempo, atua neste campo frente a sociedade. Seu espaço, e as atividades que programa e desenvolve, podem ser tão lúdicas e interessantes, quanto de outras instituições que desenvolvem tais funções.

Deste modo, a fim de acompanhar o tempo e a sociedade contemporânea, buscou-se como ponto crucial desta pesquisa, observar de que forma os arquivos vinham realizando a difusão, bem como, o desenvolvimento da ação cultural e educacional. Caracterizada a sociedade contemporânea, pelo aumento do uso de ferramentas da web 2.0, onde suas relações e comunicações encontram-se culturalmente marcadas, decidiu-se a partir de três websites de arquivos públicos do Sudeste, observar como estes utilizavam estes espaços.

O levantamento do cenário de tais instituições, foi positivo, quanto ao desenvolvimento da difusão, no oferecimento e disponibilização de informações cruciais, como formas de contato, a existência do fale conosco, FAQ e SIC, base de dados com documentos digitalizados, porém, com relação especificamente ao desenvolvimento da ação cultural e ação educativa, poucos foram os recursos encontrados, que espelhassem nestes sites a preocupação quanto ao desenvolvimento destas ações.

Vale a ressalva, que como tal avaliação foi realizada somente nos Websites desses arquivos, existe a possibilidade que os mesmos presencialmente ofereçam mais opções de atividades desse cunho e que estas não estejam constantes nos serviços disponíveis em suas páginas. Porém, se este fato ocorre, ainda vale o cuidado de que estas instituições mantenham estes espaços de promoção de suas atividades e serviços a sociedade atualizados, visto a importância caracterizada quanto ao acesso e procura por suas páginas na internet, por usuários que habitualmente estão acostumados a buscar as informações que desejam ao alcance de suas mãos.

Para além das visitas escolares, presente em dois dos websites analisados, considera-se como propostas para estes arquivos, que promovam através de suas páginas, ambientes mais lúdicos, através da inserção e disponibilização de jogos e atividades, que trabalhem a importância do arquivo, utilizando os documentos custodiados.

REFERÊNCIAS

ARCHER, Lyvia; CIANCONI, Regina de Barros. Websites dos arquivos públicos: Funções exercidas e recursos de colaboração e interação com os usuários. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/5752>>. Acesso em: 01 de mar. de 2021.

BARBOSA, Andresa C. O.; SILVA, Haike R. K. Difusão em arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 25, nº 1, p. 45-66, jan./jun. 2012. Disponível em: <Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/44894>>. Acesso em: 01 de mar. de 2021.

BARBOSA, Andresa Cristina Oliver. Arquivo e sociedade: experiências de ação educativa em Arquivos brasileiros (1980-2011). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p. 251, 2013. Disponível em: <<https://sapiencia.pucsp.br/handle/handle/12804#preview-link0>>. Acesso em: 01 de mar. de 2021.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivística: Objeto, princípios e rumos*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002. 41 p. Disponível em: <<https://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/03/arquivc3adstica-objetos-princc3adpios-e-rumos.pdf>>. Acesso em: 4 de nov. de 2019.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes: Tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O papel instrumental dos arquivos e as qualidades profissionais do arquivista. *Ágora*, Florianópolis, v. 22, n. 44, p. 5-18, 2012. Disponível em: <<https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/402>>. Acesso em: 01 de mar. de 2021.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivo e sociedade. In: __ *Arquivos: Estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. 477 p. cap I Arquivos, 131-155.

BERNARDES, Renato Vieira Dantas. Transição de governo: teoria e prática. *Revista Jus Navigandi*. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/71484>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

CABRAL, Rosimere Mendes. Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa. *Revista Acervo*, v. 25, p. 35-44, 2012. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/336>>. Acesso em: 01 de mar. de 2021.

CASTRO, Astréa de Moraes e; CASTRO, Andresa de Moraes e; MORAES, Danuza de; GASPARIAN, Castro. *Arquivística arquivologia: arquivística = técnica, arquivologia= ciência*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1998. 361p.

CHUVA, Márcia. Capítulo 1: Estratégias de construção da nação: a materialização da história pelo SPHAN. In: __ *Os Arquitetos da Memória*. UFRJ; 2ª edição, 2017.

Conselho Nacional de Arquivos. Diretrizes gerais para a construção de Websites de instituições arquivísticas, 2000. Disponível em: <http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Diretrizes_Construcao_websites.pdf>. Acesso em: 01 de mar. de 2021.

DELMAS, Bruno. Arquivos para quê? Textos escolhidos. São Paulo: Instituto FHC, 2010. 190 p. Tradução de: Danielle Ardaillon. Revisão Técnica de: Heloísa Liberalli Bellotto.

Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf>. Acesso em: 06 de nov. de 2019.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. Revista Estudos Históricos, 1994. 7(13), 49-64.

Multilingual Archival Terminology. Disponível em: <<https://www.ica.org/en/online-resource-centre/multilingual-archival-terminology>>. Acesso em: 06 de nov. de 2019.

FRATINI, Renata. FRATINI, Renata. Educação patrimonial em arquivos. Histórica - Revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n. 34, ano 2009. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia05/>>. Acesso em: 01 de mar. de 2021.

IACOVINO, Livia. Os arquivos como arsenais de responsabilidade. In__ Correntes atuais do pensamento arquivístico. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. 346 p. cap 9, 261-302.

Jardim, José Maria. As novas tecnologias da informação e o futuro dos arquivos. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1942>>. Acesso em: 09 abr. 2021.

MARTENDAL, Fernanda Frasson. Difusão na arquivologia e suas expressões nos cursos de graduação em arquivologia no Brasil. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, p. 279, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/186800>>. Acesso em: 01 de mar. de 2021.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. 17 Objetivos para transformar nosso mundo. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods17/>>. Acesso em: 16 de out. de 2019.

Neri, David Fernando Moraes. Precisamos falar sobre transição de governo (TG). Observatório nacional de transição governamental, 2020. Disponível em: <<https://www.observatransicaogov.com/forum/editorial/precisamos-falar-sobre-transicao-de-governo-tg>>. Acesso em: 01 de mar. de 2021.

PEREIRA, Francisco Martins. Arquivos. In: __ Preservação da informação em instituições da administração pública brasileira. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2011. 119 p. cap 2. p.

18-28. Disponível em:<<http://repositorio.unb.br/handle/10482/10700>>. Acesso em: 10 de abr. de 2019.

Pereira, Mírian Lucia. Transição de Governo Municipal: lançar dados não para contar com a sorte, mas preparando o futuro da gestão. Tese (Pós Graduação em Administração Pública) - Universidade Federal do Vale do São Francisco. Juazeiro-BA, p.171. 2018.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo (USP). 2012. 320p. cap 3, p. 94-111. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-02072013-170328/pt-br.php>>. Acesso em: 16 de out. de 2019.

SILVA, Margareth da. O arquivo e o lugar: Custódia e responsabilidade pela proteção aos arquivos. Niterói: Eduff, 2017. 280p. (Série Nova Biblioteca, 17).

UNESCO. REPRESENTAÇÃO DA UNESCO NO BRASIL. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/prizes-and-celebrations/international-day-for-universal-access-to-information/>>. Acesso em: 16 de out. de 2019.

VAZ, Gláucia A; VENÂNCIO, Renato O. Marketing, difusão, ação e mediação cultural em arquivos públicos. Editora UFPB, Paraíba, v. 14.nº 2. 2019. Disponível em:<<https://www.periodicos.ufpb.br/index.php/pscib/article/view/4621>>. Acesso em: 01 de mar. de 2021.